

Sumário

Número de notícias: 29 | Número de veículos: 26

BRUMADO URGENTE - NOTÍCIAS
ANFIP

Controverso, projeto que legaliza jogos de azar no Brasil pode ser votado ainda este ano3

DIÁRIO DO COMÉRCIO - BELO HORIZONTE - MG - OPINIÃO
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Legalidade ou ilegalidade: o falso impasse das offshores (Artigo)..... 4

DIÁRIO DO COMÉRCIO - BELO HORIZONTE - MG - LEGISLAÇÃO
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Parcelamento de débitos 5

DIÁRIO DO COMÉRCIO - BELO HORIZONTE - MG - LEGISLAÇÃO
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Negociação de dívidas 6

O TEMPO - BELO HORIZONTE - MG - ECONOMIA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Tabela do IR pode ser corrigida se inflação superar 10%.....7

CORREIO BRAZILIENSE - DF - CIDADES
SEGURIDADE SOCIAL

Candidatos debatem o futuro da OAB-DF 9

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA

Auxílio Brasil, substituto do Bolsa Família, começa a ser pago hoje11

DIÁRIO DO PARÁ - BELÉM - PA - GERAL
SEGURIDADE SOCIAL

Confira quem deve pedir a revisão da aposentadoria ao INSS em 2022 12

O DIA - RIO DE JANEIRO - RJ - RIO DE JANEIRO
SEGURIDADE SOCIAL

Contribuições para o INSS - RECLAMAR ADIANTA13

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
SEGURIDADE SOCIAL

Senado tem clima favorável à desoneração da folha, diz líder do governo 14

EXTRA - RIO DE JANEIRO - RJ - GANHE MAIS
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Desoneração na pauta da Câmara 15

PORTAL R7 - NACIONAL - BRASÍLIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Câmara: CCJ vota projeto sobre desoneração da folha nesta quarta16

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
SEGURIDADE SOCIAL

Guedes cede a Bolsonaro em reajuste para servidores apesar de travas legais 17

ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG - POLÍTICA
SERVIDOR PÚBLICO

Bolsonaro faz promessa de reajustes com "precatórios" 19

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
SERVIDOR PÚBLICO

Promessa gera ceticismo entre servidores e ruído no Congresso	21
FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO SERVIDOR PÚBLICO	
PEC rola dívida de R\$ 580 bi em precatórios não pagos	22
A TRIBUNA - ES - ECONOMIA SEGURIDADE SOCIAL	
Aposentados vão à Justiça contra calote	23
O TEMPO - BELO HORIZONTE - MG - POLÍTICA SERVIDOR PÚBLICO	
Lira aconselha 'mobilização' para aprovar reforma	25
O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS REFORMA TRIBUTÁRIA	
A eficácia da reforma tributária (Artigo)	26
PORTAL TERRA - NOTÍCIAS REFORMA TRIBUTÁRIA	
Setor de serviços não será prejudicado pela unificação de impostos	27
ALÔ BRASÍLIA - DF - ECONOMIA TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS	
Petrobras reduz despesas com juros e encargos de dívida	28
DIÁRIO DO COMÉRCIO - BELO HORIZONTE - MG - LEGISLAÇÃO TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS	
Brasil perde R\$ 14 bi ao ano com fraudes fiscais	29
O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS ECONOMIA	
"Prévia" do PIB indica recessão técnica no País	31
O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS ECONOMIA	
B3 cai 1,82% e dólar sobe 0,78% diante do risco fiscal	33
DIÁRIO DO COMÉRCIO - BELO HORIZONTE - MG - OPINIÃO ECONOMIA	
Balanco da inovação no Brasil (Artigo)	34
O LIBERAL - BELÉM - PA - ECONOMIA ECONOMIA	
Projeção para o IPCA de 2021 sobe para 9,77%	35
CORREIO BRAZILIENSE - DF - BRASIL SERVIDOR PÚBLICO	
Testes estão prontos há meses	36
O LIBERAL - BELÉM - PA - ECONOMIA ECONOMIA	
Pix deve ser ampliado para operações sem internet	37
ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG - OPINIÃO SERVIDOR PÚBLICO	
Pandemia de diabetes no Brasil e no mundo (Editorial)	39

Controverso, projeto que legaliza jogos de azar no Brasil pode ser votado ainda este ano

A discussão sobre a legalização dos jogos de azar no Brasil continua dividindo opiniões. Aprovado pela comissão especial do Marco Regulatório dos Jogos em 2016, a expectativa é que o projeto de lei enfim seja votado na Câmara dos Deputados. Relator do grupo de trabalho sobre o Marco Regulatório, o deputado baiano Bacelar (Podemos) acredita que o presidente da Casa, Arthur Lira (PP), deve pautar a matéria ainda na primeira quinzena de dezembro.

Temos um compromisso com o presidente Arthur Lira de entregar a revisão do projeto de lei até o último dia de novembro e acredito que o presidente reunindo as condições políticas, na primeira quinzena de dezembro a Câmara vote esse projeto, declarou Bacelar em conversa com o Bahia Notícias.

Mesmo a matéria ainda sendo controversa, segundo o deputado todas as modalidades e formas de jogos existentes serão legalizadas caso seja aprovada. Para defender a legalização dos jogos de azar, Bacelar cita o potencial de arrecadação para o país. Em sua avaliação, cerca de R\$ 15 bilhões, 600 mil empregos e incremento para o turismo serão incentivados com a movimentação.

Acima de tudo é proteção para o cidadão. Hoje no Brasil temos 500 plataformas estrangeiras permitindo qualquer espécie de jogo, uma criança que entre agora na internet pode entrar em qualquer cassino desde que use o CPF do pai e não tem nenhuma proteção. O jogo temos que regular, fiscalizar e depurar para dar segurança ao cidadão, argumenta o parlamentar, que também é presidente da Comissão do Turismo na Câmara.

JOGOS DE AZAR NO BRASIL E BARREIRAS

A exploração dos jogos de azar é considerada contravenção penal desde 1941, por decreto-lei assinado pelo então presidente Getúlio Vargas. A intenção do Congresso agora é regularizar um setor que, mesmo proibido, não para de crescer.

O presidente Jair Bolsonaro (sem partido) chegou a dizer à revista Veja que não apoia a legalização e, que caso seja aprovado, vai vetar o projeto. A fala de Bolsonaro é tida como afagos à base evangélica de seus apoiadores, que de modo geral se opõe a essa prática.

Com a criação do grupo de trabalho, a Câmara espera atualizar a proposta do marco regulatório, incluindo várias modalidades na legalização. Já no Senado, propostas específicas sobre cassinos se desenvolveram nos últimos meses, mas ainda aguardam relatório. Atual ministro da Casa Civil, o senador Ciro Nogueira (PP), tem um projeto que regulamenta jogo do bicho, bingo, jogos eletrônicos, cassinos em resorts e outros.

Há, ainda, a expectativa que o Supremo Tribunal Federal (STF) julgue uma ação para estabelecer se a proibição dos jogos de azar continua válida. O processo foi pautado este ano, mas ainda não há previsão para julgamento.

Outro desafio enfrentado pelos congressistas é a negativa de instituições como a **Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal (Anfip)** contra a legalização.

Com posicionamento definido, a **Anfip** diz que os efeitos deletérios resultantes da jogatina superam qualquer possível ganho econômico advindo da prática, que além de estimular atividades ilícitas como corrupção, prostituição, tráfico de drogas e lavagem de dinheiro, pode causar sérios danos à saúde, desencadeando doenças como a ludopatia - transtorno compulsivo patológico reconhecido pela Organização Mundial da Saúde (OMS), causado pelo vício em jogos, afirma a associação.

Ainda de acordo com a **Anfip**, sua defesa é ao movimento Brasil Sem Azar (BSA) é clara e registra o compromisso de promover estudos e análises sobre o tema em parceria com a Fundação **ANFIP**.

Site: <http://www.brumadourgente.com.br/noticias/37473-2021/11/17/controverso-projeto-que-legaliza-jogos-de-azar-no-brasil-pode-ser-votado-ainda-este-ano>

Legalidade ou ilegalidade: o falso impasse das offshores (Artigo)

BRUNO JUNQUEIRA EIGOR MAIA

Apesar de pouco utilizadas pela maior parte dos indivíduos, as empresas offshores são bastante conhecidas, face à intensa profusão de material acerca delas, seja com conteúdo fictício ou não.

Recentemente, um caso trouxe novamente o tema à tona, quando, em razão da operação Pandora Papers, descobriu-se que tanto o ministro da economia, Paulo Guedes, quanto o presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, possuem empresas offshores em paraísos fiscais.

O debate midiático foi intenso quanto à situação societária internacional dos dois agentes públicos, sendo que muito se falou em conflito de interesses e possíveis ilegalidades. Essa não foi a primeira vez que esse tipo de empresa ganhou as capas dos jornais ao lado do nome de políticos, nem mesmo inédito o questionamento acerca da legalidade do instrumento/veículo.

Nesse sentido, é importante que observemos a definição de empresa offshore, que em muitos dos casos é deixada de lado.

Pois bem, offshore é tão somente a empresa que está fora da jurisdição do país de residência do seu proprietário. Veja-se, a palavra offshore, importada do idioma da rainha, significa fora do porto, ou seja, no além mar.

É notório que não podemos afirmar que toda offshore constituída no mundo foi utilizada para fins lícitos. Entretanto, diverso do que se faz acreditar pela fala de alguns, a empresa offshore em si não tem qualquer caráter ilícito.

A ilicitude, nesses casos, é derivada do agente, ou seja, daquele que constitui a empresa com a finalidade de esconder, lavar dinheiro ou sonegar imposto. Sendo assim, aceitar ou afirmar que empresas offshore são estruturas ilegais, ou somente utilizadas para evasão fiscal é uma falácia.

Em verdade, a estrutura é uma viável forma de planejamento tributário, principalmente, quando se busca acessar

mercados estrangeiros. Pela utilização da empresa em determinadas jurisdições, em especial com aquelas que o Brasil mantém acordo contra a bitributação, uma vez que é possível a obtenção de reduções lícitas na carga tributária incidente sobre o lucro líquido da empresa controlada/ coligada.

As offshores podem ainda ser utilizadas para investimentos por pessoas físicas em mercados internacionais, sendo a empresa criada para a gestão da carteira de investimentos no exterior. Além disso, a estrutura ainda poderá se beneficiar das vantagens tributárias que podem existir no país em que esteja constituída. Nessa organização, apenas a título exemplificativo, poderíamos ter uma estrutura semelhante à de uma holding pura, constituída em país tributariamente mais viável para a operação.

Além disso, para determinar a constituição da empresa, mostra-se necessário o estudo quanto às jurisdições e suas respectivas vantagens e desvantagens, além dos custos anuais da empresa, e eventuais obrigações acessórias tributárias, que variam conforme a territorialidade.

Por fim, restará ainda obrigatório perante a **Receita Federal do Brasil**, a declaração quanto à empresa offshore, na Declaração de Imposto de Renda Pessoa Física, e eventuais remessas financeiras sempre que feitas com destino ou com origem do Brasil, ou de distribuição de lucros ao acionista brasileiro. É ainda imperioso declarar a existência da offshore para o Banco Central, quando a empresa tiver patrimônio líquido equivalente a US\$ 1.000.000,00 (um milhão dólares), conforme art. 2º da Resolução nº 3.854/2010.

Desta feita, observa-se que a empresa offshore é instrumento lícito e viável, e quando bem utilizada constitui interessante prática de planejamento tributário, principalmente para o acesso de ativos no exterior.

*Advogados do escritório BLJ Direito e Negócios - igr@ bjunqueira.com e bruno@bjunqueira.com.

Parcelamento de débitos

O parcelamento de débitos de empresas em recuperação judicial e o reparcelamento de débitos não disponíveis para negociação nas aplicações de autoatendimento do e-CAC já podem ser solicitados diretamente no Portal e-CAC, na opção "Processos Digitais (e-Processo) - Solicitar Serviço via Processo Digital". O contribuinte poderá solicitar por meio de processo digital, sem precisar comparecer a uma unidade de atendimento da **Receita Federal**, utilizando o e-CAC, os seguintes serviços: parcelamento de débitos de empresa em recuperação judicial; e reparcelamento, quando o débito a ser reparcelado não estiver disponível para negociação nas aplicações de autoatendimento do e-CAC e cujo pagamento seja realizado exclusivamente por meio de Documento de Arrecadação de Receitas Federais (Darf). Para solicitar o parcelamento, o contribuinte deve acessar o e-CAC com sua conta gov.br ou código de acesso; selecionar o serviço "Processos Digitais (e-Processo)"; clicar em "Solicitar Serviço via Processo Digital"; e selecionar Área de Concentração de Serviço - Regularização de **Impostos**.

Negociação de dívidas

O período para o contribuinte negociar débitos em discussão com a **Receita Federal** vai até 30 de novembro. A transação tributária para os processos de pequeno valor e em discussão administrativa (contencioso administrativo) destina-se a pessoas físicas, microempresas e empresas de pequeno porte. O valor do processo (principal + multa de ofício) deve observar o teto de 60 salários mínimos (R\$ 66 mil) na data de adesão. É possível parcelar a entrada e o restante da dívida. A transação tributária é uma forma de extinção dos débitos em que há concessões das duas partes, assim, o contribuinte termina a discussão em processo judicial ou administrativa e a **Receita Federal** aplica os descontos. Não podem ser incluídos débitos relativos ao Simples Nacional, que tenham sido parcelados anteriormente ou que sejam objeto de discussão relacionada a pedido de compensação. A adesão deve ser feita pela internet: Em caso de dúvidas, o Edital de Transação por Adesão RFB nº 1/2021, o passo a passo detalhado e mais informações estão disponíveis em; <https://www.gov.br/pt-br/servicos/fazer-acordo-para-processos--de-pequeno-valor>.

Tabela do IR pode ser corrigida se inflação superar 10%

-BRASÍLIA. Depois de criticar duramente o atual texto de reforma do Imposto de Renda, o relator do projeto, senador Angelo Coronel (PSD-BA), afirmou que irá apresentar uma proposta alternativa de tributação para pessoas físicas. O projeto criará uma espécie de gatilho inflacionário, corrigindo automaticamente as faixas da tabela quando a inflação chegar aos 10%.

"Quando a inflação atingir 10%, dispara-se um gatilho que reajusta automaticamente todas as faixas do Imposto de Renda. Eu acho justo. Sei que talvez a Economia vá questionar que é absurdo. Mas, se o governo também arrecada frutos da inflação, por que não colocar a inflação nas tabelas?", disse o senador.

As declarações foram feitas em Lisboa, onde Angelo Coronel participou de um fórum jurídico organizado pelo ministro Gilmar Mendes, do Supremo Tribunal Federal (STF).

"Estamos aí com a taxa inflacionária acumulada de 41% do período do reajuste da tabela. Eu acho desumano, quando temos a inflação do dia a dia, no arroz, no feijão, na luz, no condomínio, e aquela faixa de isenção está congelada há este tempo todo", justificou.

Segundo o senador, seu projeto também amplia a primeira faixa de isenção do IR, que passaria a ser de R\$ 3.330. "O governo propôs R\$ 2.500 para a primeira faixa de isenção, mas eu acho ainda pouco", completou.

O relator afirma que ainda não apresentou o projeto porque não conseguiu "coletar dados da Receita Federal para ver que impacto ocorreria com esse aumento".

No evento em Lisboa, o senador voltou a criticar o projeto de reforma de IR aprovado na Câmara e afirmou que não deve apresentar um relatório sobre a proposta, classificada por ele como "uma peça longa, literalmente fora de foco, malredigida, malpensada".

"Cheguei à conclusão de que ao texto só cabe o famoso 'despacho de gaveta'.

O texto não pode nem ser levado para ser rejeitado.

Ele não deve nem ser apreciado", acrescentou.

Site: <http://digital.otempo.com.br/leitor>

Candidatos debatem o futuro da OAB-DF

Cibele Moreira » Júlia Eleutério » Samara Schwingel

As eleições para a presidência da Ordem dos Advogados do Brasil seccional do Distrito Federal (OAB-DF) estão marcadas para este domingo. Com a proximidade do pleito, o CB.Poder- programa do Correio Braziliense em parceria com a TV Brasília-realizou, ontem, uma edição especial com os cinco candidatos ao cargo. A ordem das entrevistas foi sorteada e, com mediação da jornalista e colunista Ana Maria Campos, os advogados defenderam as teses e propostas das respectivas chapas para o futuro da instituição.

Cada candidato teve 15 minutos para discursar e responder às perguntas. Entre os temas estavam alinhamento com o Governo do Distrito Federal (GDF), propostas de gestão financeira, ações realizadas durante a pandemia de covid-19, atuação dos advogados nos tribunais e idéias para o triênio de 2022-2024. As eleições para a presidência da OAB-DF ocorrerão por meio da plataforma on-line da instituição.

União entre instituições

O primeiro na ordem sorteada a ser entrevistado foi o atual presidente da OAB-DF, Délio Lins e Silva Junior, da chapa 20. Advogado criminalista, ele não iria se candidatar à reeleição, mas, devido à pandemia, optou por tentar seguir no cargo. "Eu não tinha a menor pretensão de ser candidato à reeleição. A pandemia tirou dois anos do nosso mandato. Em alguns projetos, a pandemia atrapalhou. Então, nós nos reunimos com os possíveis pré-candidatos. Entre eles, decidiram que o melhor nome para dar continuidade seria o meu", explicou.

Em retrospectiva, Délio afirmou que a atual gestão da OAB-DF aproximou as subseções. "Hoje, a advocacia está muito mais nas subseções do que no Plano Piloto. E nós tivemos esse olhar para elas. Vamos deixar todas com sedes próprias e temos um relacionamento muito próximo com os presidentes das subseções. Nós demos voz a essas pessoas que não tinham essa atenção. Foi uma gestão democrática", considerou.

Sobre a questão do retorno presencial aos tribunais, explicou que a volta é gradual e que ainda há trabalhos sobre a presença dos advogados nas cortes. "Fizemos uma enquete. Nunca iríamos agrandar a todos. Então nossa luta é para que o retorno viesse,

aos poucos, e de forma híbrida. O advogado que se sentir confortável para fazer uma audiência de forma física, ele vai. O que não se sentir, faz de forma on-line. Essa é nossa luta", destacou. Ele destacou a resolução 314 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). "Ela falava exatamente isso: o advogado que não puder praticar aquele ato (audiência presencial) ele vai comunicar ao juiz. Não é pedir. Há diferença", explicou.

Alinhamento

Apesar de fazer parte dos que, nos debates internos da OAB-DF, são contrários aos grupos aliados ao governador Ibaneis Rocha (MDB), quando este presidiu a Ordem, Délio garantiu que isso não interferiu na relação com o GDF. "Nós sempre atuamos de forma muito responsável. Na eleição passada, o governador participou e fez campanha para um candidato que era nosso opositor. Mas, depois de eleitos, isso é página virada. Não vivo de passados", afirmou. Para ele, o atual período pede uma união das instituições. "Cobramos muito e continuamos a cobrar, mas sempre com possíveis soluções", destacou.

O atual presidente da OAB-DF frisou que a atuação da Ordem foi independente do governo e deve continuar assim, caso seja eleito. "Temos que andar juntos. A gente tem que ter responsabilidade suficiente para ser independentes, ser parceiros nos projetos e apontar o dedo quando as coisas estiverem erradas. Independentemente de questões político-partidárias", explicou.

Subseções abandonadas

A segunda entrevistada foi Thaís Riedel da chapa 61. Ela iniciou a participação comentando sobre a atual situação da advocacia na capital federal. "Tenho visto a advocacia muito abandonada, desprestigiada, sem efetiva participação da instituição. Então, nosso projeto é ter uma Ordem de portas abertas para que a advocacia possa realmente participar de forma descentralizada", destacou. A candidata também comentou sobre as subseções dos advogados no DF e afirmou que há um abandono. "A Ordem não tem conseguido levar os serviços a essas pessoas", ressaltou. Para ela, a OAB tem o papel de ser advogada dos advogados. "Temos as prerrogativas que são direitos para que nós possamos exercer a profissão. E elas têm sido violadas. Não conseguimos falar com os juizes, os tribunais não abrem",

acrescentou. Para solucionar essa questão, Thaís esclareceu que é preciso ter um fortalecimento da Ordem. "Com diálogo institucional muito firme. E isso não tem acontecido", completou.

A candidata citou inconformidades entre os advogados da capital, como a realização de audiências virtuais. "A pandemia acabou forçando o Judiciário on-line, que tem muitos pontos positivos, mas tem alguns negativos, por conta do acesso", disse. Thaís defendeu que a forma de atendimento nos tribunais precisa ser uma decisão dos advogados. "A advocacia não tem sido ouvida. Também queremos contribuir para o aprimoramento do Judiciário", completou.

Diversidade

Thaís destacou a falta de mulheres no poder da OAB-DF. "Nos últimos 61 anos nós só tivemos uma presidente mulher. E, no Brasil, não temos nenhuma mulher eleita", disse. A advogada afirmou que essa falta de representatividade foi um impulso para ela tentar a eleição. "Cansamos de ser vices. Vários advogados e advogadas estão me apoiando. Viremos com um olhar feminino. Para mim, só faz sentido se eu puder trazer outras mulheres", disse. Ela ainda destacou que não pretende concorrer novamente ao cargo. "Fiz uma escritura pública, registrada em cartório de que não irei à reeleição. Ficarei três anos me dedicando ao máximo e, depois, passar para outro homem ou outra mulher tocar a Ordem", explicou. Sobre a representatividade de raça nas eleições, Thaís afirmou que é a favor da total inclusão. "Será a primeira vez que as chapas terão que colocar 50% mulheres e 30% negros, no mínimo. Sou totalmente favorável", completou. Sobre a própria chapa, ela disse que seguiu os critérios de auto declaração de cada integrante do grupo, sem questionar. "Jamais faria isso (fraudar). Queremos total inclusão", destacou.

Eleições on-line

Pela primeira vez, em 61 anos de história, a eleição interna da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) ocorrerá de forma virtual. Serão cinco chapas concorrendo para as eleições do conselho na seccional do Distrito Federal. A votação é obrigatória para todos os advogados da Ordem, passível de multa de 20% da anuidade integral em vigor, à exceção de alguns casos justificados por escrito que vão passar pela diretoria da OAB. Ao todo, a seccional do DF contempla 300 funcionários, além dos 46 mil advogados afiliados. Sendo que 36.200 estão aptos para votar no próximo domingo.

A atuação da OAB-DF vem desde 25 de maio de

1960, em uma sala pequena no sétimo andar do Tribunal de Justiça (TJ), localizado, à época, na Esplanada dos Ministérios. A seccional ganhou fôlego e se consolidou em Brasília como centro administrativo, de desenvolvimento e de idéias.

Durante o golpe militar de 1964, coube à OAB/DF, ao lado do Conselho Federal, expressar o sentimento de indignidade da sociedade civil e exigir o restabelecimento da ordem jurídica e democrática. A entidade também se posicionou contra a censura e repressão aos movimentos estudantis.

Em 1983, com sede própria, a seccional tornou-se um dos centros de discussões sobre o cenário político do Distrito Federal, mesmo período que ganhava força o movimento das Diretas-Já. Entre os episódios emblemáticos que norteiam a seccional está o impeachment do então presidente da República, Fernando Collor de Mello.

Em 2014, outro marco na história da OAB-DF, quando diversos advogados se uniram em solidariedade ao criminalista José Gerardo Grossi, cujas prerrogativas, no pleno exercício da defesa, foram desrespeitadas pelo então presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Joaquim Barbosa. A proposta feita pelo presidente da OAB/DF à época, Jbaneis Rocha, ganhou repercussão em todo o país e tornou-se um marco na luta em defesa das prerrogativas profissionais.

DÉLIO LINS E SILVA JUNIOR, chapa 20

Délio Lins e Silva Junior é advogado criminalista e o atual presidente da OAB-DF. cursou direito no Centro Universitário de Brasília (Ceub), completando a graduação em 2000. É pós-graduado em direito penal econômico, mestre e doutorando em ciências jurídico-criminais pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra. Délio foi professor universitário e presidente da Comissão de Apoio ao Advogado Iniciante e a de Honorários.

THAÍS RIEDEL, chapa 61

Thaís Riedel é sócia-diretora da Advocacia Riedel, professora de direito previdenciário e trabalhista no Ceub, mestre em direito previdenciário e especialista em direito processual civil. Formada também em ciências políticas, Thaís é presidente do Instituto Brasiliense de Direito Previdenciário e da Associação Confederativa Brasileira da Advocacia Previdenciária. Já foi presidente de **Seguridade Social** da OAB-DF e vice-presidente da Comissão de Direito Previdenciário da Ordem dos Advogados do Brasil - Conselho Federal.

Auxílio Brasil, substituto do Bolsa Família, começa a ser pago hoje

O governo começa hoje os pagamentos do Auxílio Brasil, programa social que substitui o Bolsa Família após 18 anos de sua criação. Por enquanto, os recursos necessários para um benefício mensal de ao menos R\$ 400, como prometeu o presidente Jair Bolsonaro, ainda não estão garantidos e dependem do Congresso.

Em novembro, o valor médio do Auxílio Brasil será de aproximadamente R\$ 224. Muitas famílias ainda não sabem exatamente quanto vão receber, mas o governo promete que ninguém terá redução nominal imediata: a lei prevê um benefício compensatório de transição para os beneficiários que sofreriam um corte na nova estrutura do programa.

QUEM TEM DIREITO. Terão direito ao benefício social famílias em situação de extrema pobreza, caracterizada pela renda familiar de até R\$ 100 mensais por pessoa.

As famílias em situação de pobreza, aquelas com renda familiar de até R\$ 200 mensais por pessoa, também poderão receber, desde que tenham em sua composição gestantes ou pessoas com até 21 anos.

Para ser elegível ao programa, o primeiro passo é estar registrado no Cadastro Único de programas sociais, serviço feito pelas prefeituras ou por unidades do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS).

Para as famílias que já recebem o Bolsa Família, a transferência será automática, ou seja, não haverá recadastramento.

CONSULTA. Para saber se estão incluídas, as famílias podem consultar a situação no aplicativo do Bolsa Família, já atualizado agora para Auxílio Brasil, no app do Caixa Tem ou por meio de ligação gratuita para a central 111. Em novembro, o Ministério da Cidadania prevê pagar o benefício a 14,6 milhões de famílias. Em dezembro, a previsão é ampliar o público a 17 milhões de famílias.

VALORES. O presidente Jair Bolsonaro prometeu pagar ao menos R\$ 400 mensais até dezembro de 2022, mas o dinheiro para bancar a ampliação ainda

depende de uma mudança na principal regra fiscal do País, o teto de gastos, que limita o avanço das despesas à **inflação**.

Por ser uma alteração na Constituição, tem tramitação diferente e ainda precisa ser aprovada em dois turnos pelo Senado Federal. Só aí o governo terá os R\$ 51 bilhões adicionais, que são necessários ao pagamento da parcela maior.

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Confira quem deve pedir a revisão da aposentadoria ao INSS em 2022

FOLHAPRESS

PREVIDÊNCIA

O aposentado do **INSS** (Instituto Nacional do Seguro Social) que acredita estar recebendo um benefício com erro pode pedir uma revisão ao órgão previdenciário. O prazo para fazer a correção na renda é de dez anos após o pagamento do primeiro benefício.

Quem teve a primeira aposentadoria ou pensão paga no mês de dezembro de 2011 tem até janeiro de 2022 para pedir a correção, se houve alguma falha do **INSS** no cálculo do benefício. A mesma regra vale para quem recebe o auxílio-doença.

Já o segurado cujos pagamentos de pensão ou aposentadoria começaram em janeiro de 2012 pode pedir uma revisão até fevereiro de 2022. Quem passou a receber o benefício a partir de 2012 precisa ficar atento, pois o prazo de corrigir a renda, caso haja erro, está se esgotando.

Não existe, na Justiça, um calendário para fazer o pedido de correção do benefício, mas, com o auxílio de especialistas em Previdência o Agora elaborou um calendário para auxiliar o cidadão que acredita estar recebendo um valor mensal menor do que deveria e não quer perder a data-limite do pedido.

O prazo para pedir a revisão (de dez anos), chamado de decadência, é o mesmo no **INSS** e na Justiça. Para a maioria das revisões, o trabalhador deve fazer a solicitação primeiro no próprio instituto previdenciário. Só é permitido ir à Justiça após uma negativa do **INSS** ou se o órgão demorar muito a responder e passar dos prazos legais para um posicionamento sobre o benefício, que é de 45 dias, nos casos das revisões.

Para quem já esgotou as chances de um acerto na via administrativa e vai ao Judiciário, é necessário ficar atento ao valor dos atrasados da causa. Ao provar que o **INSS** cometeu um erro, o segurado tem direito de receber as diferenças de até cinco anos antes do pedido.

Ações previdenciárias de menos de 60 salários mínimos, o que dá R\$ 66 mil neste ano, são abertas no Juizado Especial Federal. Já processos cujos

atrasados somam valores maiores devem ser abertos na vara previ-denciária federal e serão pagos por meio de precatórios.

PEC

Com a PEC (proposta de emenda à Constituição) dos Precatórios, que pretende criar um teto para o pagamento dos atrasados do **INSS**, o prazo para receber os valores acima de 60 salários mínimos após a decisão final do juiz pode mudar.

Atualmente, o precatório é quitado em até dois anos após a ordem de pagamento do juiz. Com a PEC, parte do valor pode sair em até dois anos e o total restante ficar para ser liberado em anos seguintes, conforme o Orçamento do governo federal.

A PEC já passou na Câmara dos Deputados e, agora, precisa ser analisada e votada no Senado. Para valer, no entanto, a medida deve ser promulgada em sessão do Congresso Nacional.

PARA ENTENDER

NÃO PERCA O PRAZO

O prazo de dez anos para pedir uma revisão ao **INSS** começa a contar no primeiro dia do mês seguinte ao início do pagamento da aposentadoria ou da pensão por morte. A revisão do cálculo é destinada à solicitação de uma nova análise do valor do benefício ou do tempo de contribuição considerado ou, ainda, para a apresentação de novos documentos.

RETA FINAL

Quem começou a receber o benefício em outubro de 2011 só tem até novembro de 2021 para pedir a correção. Se a aposentadoria começou a ser paga em novembro de 2011, o prazo para registrar a solicitação acaba em dezembro deste ano.

Site:

<https://dottps://dol.com.br/digital/Page?editionId=1931#book/471.com.br/digital/Page?editionId=1931#book/47>

Contribuições para o INSS - RECLAMAR ADIANTA

ÁTILA A. NUNES

Existe forma de comprovar, sim: se as contribuições constam no seu CNIS (Cadastro Nacional de Informações Sociais), o tempo será computado mesmo que você não tenha o carnê, pois o CNIS é considerado uma prova plena junto ao **INSS**.

A advogada Débora Knust, especialista em Direito Previdenciário, explica que o CNIS é um documento composto pelas informações que constam na base de dados do próprio **INSS**. A especialista pontua que caso não conste o período das contribuições referentes ao exercício da atividade de empresário, basta que seja feita uma solicitação de pagamento junto ao **INSS**. Desta forma, as guias para quitação do débito serão geradas e com isso o tempo será computado.

Caso seja necessário fazer o pagamento de guias em atraso, a orientação é que se busque um profissional especializado. Vale lembrar que, após a Reforma da Previdência, não existe somente dois tipos de aposentadoria, ou seja, por idade e por tempo de contribuição. Desde 2019, há outras formas para se aposentar, as chamadas Regras de Transição, que são de livre escolha do segurado. O coordenador do serviço [www. r e c. 1 a ma r adianta. com.br](http://www.r e c. 1 a ma r adianta. com.br), advogado Átila Nunes, diz que não basta comprovar os 35 anos de contribuição, pois será necessário ter uma idade determinada, pagamento de pedágios e até mesmo a incidência do Fator Previdenciário. Receba orientação gratuita no site do Reclamar Adianta.

Site: <https://flip.odia.com.br/edicao/imprensa/9718/17-11-2021.html>

Senado tem clima favorável à desoneração da folha, diz líder do governo

Thiago Resende e Renato Machado

O líder do governo no Senado, Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE), disse que a tendência na Casa é favorável à proposta que prorroga a desoneração da folha de pagamentos para os 17 setores atualmente beneficiados pela medida.

"Tenho a impressão que o clima do Senado, pelo que ouço dos senadores e do próprio presidente [da Casa], Rodrigo Pacheco, é que é um instrumento valiosíssimo para a manutenção dos empregos. Precisamos valorizar a geração de novos empregos e sobretudo manter os empregos, sobretudo do setor de serviços", disse, nesta terça-feira (16).

Na semana passada, o presidente Jair Bolsonaro anunciou que o governo deve prorrogar a medida por mais dois anos. A desoneração está prevista para encerrar em dezembro.

O governo também passou a deixar o caminho livre para o projeto que estende a medida. Atualmente, a proposta está na CCJ (comissão de Constituição e Justiça) da Câmara. A expectativa é que o texto seja votado nesta semana. Depois, seguirá para o Senado.

Bezerra voltou a dizer que o governo espera uma mudança de postura do TCU (Tribunal de Contas da União) sobre como lidar com a prorrogação.

Segundo ele, o tribunal pode rever nesta semana seu entendimento sobre a necessidade de medidas compensatórias para iniciativas nas quais o Executivo abre mão de receitas fiscais. Nova resolução sobre o assunto deve ser votada na próxima semana.

Com isso, seria possível prorrogar a desoneração da folha de pagamento para 17 setores sem necessariamente usar o espaço fiscal aberto pela possível aprovação da PEC (proposta de emenda à Constituição) dos Precatórios.

Hoje, a desoneração -medida que visa reduzir o custo de contratação de mão de obra- é contabilizada como um gasto para o governo no Orçamento. A estimativa é que, se for prorrogada com as regras atuais (necessidade de compensação), a despesa seria da ordem de R\$ 8,3 bilhões no próximo ano.

"Estamos aguardando uma manifestação do Tribunal de Contas da União, que deverá ocorrer amanhã [quarta] sobre a não necessidade de fazer compensação sobre a questão da desoneração, já que esses 17 setores não estão recolhendo **impostos**. Então não precisaria, com a prorrogação, a necessidade de compensar isso para eliminar qualquer tipo de transgressão à lei de responsabilidade fiscal", afirmou Bezerra.

A desoneração da folha, adotada no governo petista, permite que empresas possam contribuir com um percentual que varia de 1% a 4,5% sobre o faturamento bruto, em vez de 20% sobre a remuneração dos funcionários para a **Previdência Social** (contribuição patronal).

Isso representa uma diminuição no custo de contratação de mão de obra. Por outro lado, significa menos dinheiro nos cofres públicos.

Atualmente, a medida beneficia companhias de call center, o ramo da informática, com desenvolvimento de sistemas, processamento de dados e criação de jogos eletrônicos, além de empresas de comunicação, companhias que atuam no transporte rodoviário coletivo de passageiros e empresas de construção civil e de obras de infraestrutura.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49732&anchor=6445446&pd=05065eb898da327a8aea6e4e01d45e99>

Desoneração na pauta da Câmara

Fernanda Trisotto femanda.trisotto@bsb.oglobo.com.br

BRASÍLIA - O projeto que prorroga a desoneração da folha de pagamento até 2026 para os 17 setores da economia com mais empregos no Brasil está na pauta da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara dos Deputados e pode ser votado hoje pelos parlamentares. O parecer do relator, o deputado Delegado Marcelo Freitas (PSL-MG), ainda precisa ser lido e discutido no colegiado.

Caso a proposta seja aprovada hoje, o texto seguirá diretamente para o Senado. Isso ocorre porque a tramitação na CCJ é em caráter conclusivo e terminativo, o que significa que só a apresentação de um recurso, assinado por no mínimo 51 deputados, levaria o texto para análise do plenário da Câmara.

Na última semana, o presidente Jair Bolsonaro (sem partido) anunciou que o governo federal prorrogaria a desoneração da folha por mais dois anos. A avaliação de diversos parlamentares é que a medida é necessária para a manutenção dos empregos num cenário de recuperação da economia após a pandemia do coronavírus.

Autor da proposta, o deputado Efraim Filho (DEM-PB) diz que a expectativa pelo avanço do texto é extremamente positiva e que é fruto de um trabalho de articulação política na busca por quebrar resistências da equipe econômica e construir consenso entre os parlamentares: - E um projeto que tem apelo social, já que o maior desafio do Brasil hoje é gerar empregos e por isso não é o momento de aumentar os **impostos** sobre os setores que mais empregam.

Mudança na base de cálculo da cobrança

Coordenador-geral da Frente Parlamentar do Empreendedorismo, o deputado Marco Bertaiolli (PSD-SP) diz que há duas razões principais para a aprovação do projeto. A primeira é porque o texto promove simplificação tributária ao modificar a forma de calcular a contribuição previdenciária. A outra é a necessidade de geração de empregos.

- A desoneração não significa não cobrar, significa mudar a base de cálculo e simplificar a forma de cobrar. E precisamos gerar empregos. A melhor forma de se fazer isso é não complicar a vida de quem gera empregos, que são as empresas - argumentou Bertaiolli.

DEZEMBRO

Benefício atende a 17 setores da economia e está previsto para acabar mês que vem

A desoneração da folha, prevista para acabar no mês que vem, permite às empresas substituir a contribuição previdenciária, de 20% sobre os salários dos empregados, por uma alíquota sobre a receita bruta, que varia de 1% a 4,5%. Os 17 setores da economia que podem aderir a esse modelo geram cerca de 6 milhões de empregos diretos.

Site: [https://extra-](https://extra-oglobo.pressreader.com/?token=115274d0e820402000053)

[oglobo.pressreader.com/?token=115274d0e820402000053](https://extra-oglobo.pressreader.com/?token=115274d0e820402000053)

Câmara: CCJ vota projeto sobre desoneração da folha nesta quarta

Brasília

*/
Do R7, em Brasília*

Será votado nesta quarta-feira (17) pela CCJ (Comissão de Constituição e Justiça) da Câmara dos Deputados o projeto de lei que prorroga a desoneração da folha de pagamentos para 17 setores da economia até dezembro de 2026. A proposta permite que as empresas paguem alíquotas de 1% a 4,5% sobre a receita bruta em vez de 20% sobre a folha de salários. A expectativa é que a CCJ aprove em caráter terminativo o parecer do relator da matéria, deputado Delegado Marcelo Freitas (PSL-MG).

"A proposta está bem articulada. Fizemos diálogos com o governo federal, com as presidências da CCJ e da Câmara. É dessa forma que a proposta será apreciada sem qualquer recurso ao plenário, sendo, portanto, conclusiva e encaminhada ao Senado, na sequência", afirmou Freitas.

Freitas chama a atenção para a necessidade de novas articulações, mas garante que a deliberação da proposta ocorrerá entre os deputados.

Tanto o Executivo como a base do governo no Congresso Nacional haviam condicionado a manutenção da isenção fiscal à aprovação da proposta que limita o pagamento de precatórios, com a justificativa da necessidade de abertura de espaço orçamentário.

O relator da proposta de extensão da desoneração na Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara, deputado federal Jerônimo Goergen (PP-RS), defendeu na última quinta-feira (11), em conversa com o R7, uma política permanente para tratar do assunto. "A gente aposta que, em 2023, tenha uma solução para a estrutura da folha de pagamentos no Brasil", disse ele, que acrescentou: "Vamos ter que ter uma **reforma tributária**. Não houve uma **reforma tributária** no atual governo".

De acordo com Goergen, a **reforma tributária** que está em andamento no Congresso Nacional, proposta pelo atual governo, não é a reforma necessária para

assegurar a permanência da desoneração após os dois anos garantidos por Bolsonaro.

"Qualquer mudança que tenhamos na tributação no atual governo não considero que dê para chamar de '**reforma tributária**'. São ajustes tributários. O atual governo não fez **reforma tributária** e não fará porque estamos entrando no ano da eleição. Até porque uma **reforma tributária** passa pela reforma administrativa", declarou.

Goergen disse que, por ora, a extensão da desoneração até 2023 atende aos interesses de quem defende a proposta, pois garante que o próximo governo já assuma com a folha desonerada, sem que haja a necessidade de uma nova rodada de negociações.

Site: <http://noticias.r7.com/brasil/camara-ccj-vota-projeto-sobre-desoneracao-da-folha-nesta-quarta-17112021>

Guedes cede a Bolsonaro em reajuste para servidores apesar de travas legais

Bernardo Caram, Thiago Resende e Fábio Zanini

Sob pressão do presidente Jair Bolsonaro, membros da equipe econômica aceitaram trabalhar pelo reajuste a **servidores públicos** em ano eleitoral. Técnicos da pasta, no entanto, alertam que a medida exigirá corte de despesas em outras áreas e apontam uma série de travas legais que devem limitar esse aumento salarial.

Em evento no Bahrein nesta terça-feira (16), o presidente disse que pretende usar uma parte da folga fiscal gerada pela eventual aprovação da PEC (proposta de emenda à Constituição) que limita os gastos com precatórios -dívidas do governo reconhecidas pela Justiça- para a revisão dos salários dos servidores.

"A **inflação** chegou a dois dígitos. Conversei com o [ministro da Economia] Paulo Guedes, e em passando a PEC dos Precatórios, tem que ter um pequeno espaço para dar algum reajuste", afirmou.

Segundo relatos, integrantes da equipe do ministro Paulo Guedes (Economia) em reunião com senadores nesta terça não se opuseram à ideia de conceder um reajuste ao funcionalismo, mas ressaltaram que isso exigirá um corte de despesas em outra área do Orçamento -no caso, nas despesas discricionárias (que não são obrigatórias e que bancam o funcionamento da máquina pública).

O ministro da Cidadania, João Roma, que está temporariamente afastado, contrariou a declaração de Bolsonaro. Segundo ele, o espaço no Orçamento que será aberto com a aprovação da PEC dos precatórios será integralmente destinado para a área social do governo.

"Isso [aumento para servidores] não está no nosso elenco. A PEC, o recurso dessa PEC está sendo destinado para a área social do governo", afirmou Roma, que esteve no Senado para pedir celeridade à aprovação da proposta.

Aliados de Bolsonaro no Congresso ressaltaram que o governo conseguiu conter o reajuste a servidores federais por três anos (2019 a 2021). No entanto, a pressão vai escalar em 2022, ano eleitoral, quando governadores devem conceder aumento para servidores estaduais, o que deixa o Palácio do

Planalto sob tensão.

Membros do Ministério da Economia afirmam, porém, que esse debate ainda não foi levado à área técnica da pasta. Estimativas preliminares apontam que o custo orçamentário gerado por cada ponto percentual de reajuste concedido aos servidores federais é de aproximadamente R\$ 3 bilhões.

Integrantes do Congresso que trabalham na elaboração do Orçamento de 2022 também relataram que, em nenhum cenário traçado, houve a previsão de reajuste salarial ao funcionalismo. Por isso, a medida exigirá o corte de outras despesas, já que o espaço a ser aberto com a PEC dos Precatórios já está bastante comprometido.

Técnicos responsáveis por gerir a folha de pagamentos do governo afirmam que diversas barreiras na legislação podem frustrar o plano do presidente, viabilizando um aumento considerado irrisório. Isso porque após três anos sem liberação de reajustes, os servidores podem acabar recebendo uma correção salarial para repor apenas a **inflação** medida nos três primeiros meses de 2022.

A lei eleitoral proíbe reajustes gerais no período de seis meses antes das eleições (início de abril, no caso do pleito do ano que vem) até o encerramento do mandato.

Além disso, mesmo se o reajuste for autorizado antes desse prazo, a lei impede que a revisão ultrapasse a **inflação** medida dentro do mesmo ano da eleição. Ou seja, nesse caso, o reajuste seria limitado à **inflação** acumulada entre janeiro e março de 2022, sem incluir o índice de preços observado em anos anteriores.

Membros da pasta afirmam que a legislação eleitoral não impede expressamente reajustes pontuais de carreiras específicas. Bolsonaro, no entanto, afirmou que o aumento planejado será para todas as carreiras do serviço público.

"[O reajuste é para] todos os servidores federais, sem exceção", disse.

O presidente não disse qual seria o percentual de reajuste estudado pelo governo, mas ponderou que o valor pode ser baixo.

"Não é o que eles [servidores] merecem, mas é o que nós podemos dar", afirmou.

Técnicos ressaltam que promover reajustes dentro do Orçamento deste ano também não é uma opção. No ano passado, ao liberar um pacote de socorro para que estados enfrentassem a calamidade pública da pandemia, o governo inseriu na legislação um dispositivo para congelar os salários dos **servidores públicos** até dezembro de 2021.

Ao prometer o reajuste, Bolsonaro citou a PEC dos Precatórios, que tem potencial de ampliar os gastos do governo em aproximadamente R\$ 90 bilhões em ano eleitoral.

No entanto, esse valor já é esperado para bancar outras medidas anunciadas pelo presidente, como a ampliação do Auxílio Brasil, o pagamento de um auxílio financeiro a caminhoneiros e a viabilização do vale-gás.

Além disso, uma parte precisa ser reservada para custear o aumento de despesas obrigatórias que são reajustadas pela **inflação**, como aposentadorias e pensões. Por causa da escalada dos preços no país, o salário mínimo precisará subir mais do que o previsto anteriormente, o que também eleva gastos obrigatórios, especialmente na **Previdência Social**.

Outro fator a ser considerado pelo governo é a resistência do Senado à PEC. A tendência atual é que a proposta seja desidratada pela Casa. Isso reduziria ainda mais a margem para novos gastos em 2022.

Apesar do aceno de aumentos, Bolsonaro diz que permanecerá sendo bastante restritivo quanto à liberação de novos concursos públicos para servidores.

"Concurso público [vamos autorizar] apenas o essencial, como fizemos com a PF [Polícia Federal] e PRF [Polícia Rodoviária Federal]".

Com essas medidas, declarou o presidente, o compromisso com o equilíbrio fiscal de seu governo está mantido. "Dessa maneira, estamos mostrando responsabilidade", afirmou.

Diversos analistas e economistas têm opinião oposta, no entanto, e temem que a regra para expandir o teto de gastos acabe gerando instabilidade, afugentando investidores e alimentando a **inflação**.

Ainda com relação aos servidores, Bolsonaro reafirmou que a reforma administrativa, se aprovada, não valerá para os atuais funcionários, mas apenas

para os que entrarem no quadro do serviço público a partir de agora.

A reforma, no entanto, está empacada no Congresso, sem perspectivas realistas de ser aprovada até o final do atual governo.

No evento com empresários do Bahrein, o presidente novamente pintou um quadro róseo do desempenho econômico de seu governo, apesar do alto desemprego, **inflação** ascendente e perspectiva de estagnação no que vem.

Disse que o Brasil foi um dos cinco países do mundo que menos foram afetados pela Covid, apesar das políticas de isolamento social, que ele chamou de ineficazes.

Nesta quarta (17), Bolsonaro e sua comitiva devem encerrar o giro pelo Oriente Médio visitando o Catar.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49732&anchor=6445446&pd=05065eb898da327a8aea6e4e01d45e99>

Bolsonaro faz promessa de reajustes com "precatórios"

Cristiane Norberto

O presidente Jair Bolsonaro afirmou ontem que o reajuste anual a todos os servidores será feito com uma parte dos precatórios, se o Senado aprovar o texto. Contudo, a promessa pode não ser cumprida. A menos de um ano das eleições federais, parece mais uma medida que busca atrair os votos, em especial com os Policiais Federais e Rodoviários, que romperam com o mandatário após as reformas que os prejudicaram. Mesmo assim, o aumento é inviável dentro do Orçamento, segundo senadores.

"Há possibilidade (de reajuste com precatórios), porque com a **inflação**, estamos há dois anos sem reajuste. A **inflação** chegou a dois dígitos, então conversei com (o ministro) Paulo Guedes. Em passando a PEC dos Precatórios, tem que ter um pequeno espaço para dar algum reajuste. Não é o que eles merecem, mas é o que nós podemos dar. A todos os servidores federais, sem exceção", disse o mandatário que está no Bahrein, onde cumpriu o quarto dia de agenda por diversos países do Golfo Pérsico.

A afirmação, no entanto, chega com descrença aos servidores. Para Edvandar Felix de Paiva, presidente da ADPF, apenas um reajuste não é suficiente, pois não há aumento real há anos. "Nós estamos sem recomposição inflacionária desde abril de 2016. De lá para cá, projetando o IPCA, até 2022, por causa do congelamento da LC 173, poderão chegar a 33% de perdas inflacionárias. As perdas são enormes, principalmente para uma categoria que trabalhou tanto durante a pandemia e na linha de frente no combate à criminalidade", disse.

Edvandar Paiva avalia que "com a PEC emergencial podendo ser acionada, ainda pode resultar em congelamento de investimentos na PF por até 15 anos. Se a polícia é prioridade na política do governo, ela já deveria estar contemplada no seu Orçamento. Somos 12.000 policiais. Um quadro extremamente enxuto, que devolve aos cofres públicos valores altíssimos. A PF não é gasto. É investimento. Então não deveríamos estar dependendo da PEC dos Precatórios para sermos valorizados", disse.

O delegado ainda continuou. "Se for apenas propaganda eleitoral, o governo estará demonstrando

que o discurso de valorização da polícia não era pra valer. Que valorização é essa que só causou perda de direitos e de salários? Quando o governo quer, ele encontra recursos para suas prioridades. Se não encontrar pra PF é porque a PF não é sua prioridade realmente", frisou.

Os policiais rodoviários também são ariscos quanto às falas do presidente da República. Segundo Dovercino Borges Neto, presidente da FenaPRF, o reajuste é bem-vindo, justo, importante e necessário. "Esse reconhecimento não é novo e reflete a realidade de uma categoria que foi prejudicada ao longo das últimas duas décadas, com uma estrutura salarial defasada em relação às outras carreiras, além de dos significativos prejuízos oriundos na Reforma da Previdência. Apesar de todos esses problemas e do tratamento inadequado dispensado à categoria, os PRFs trabalham incansavelmente nas rodovias brasileiras. Nada mais justo do que o reconhecimento do trabalho desenvolvido por esses homens e mulheres em prol da sociedade", afirmou. O líder ainda afirmou que "espera que o fato de o tema ter ficado para o final do governo não permita que ele seja contaminado por disputas eleitorais de qualquer natureza".

Segundo Gil Castello Branco, secretário-geral do Contas Abertas, as afirmações de Bolsonaro são como dar com uma mão e tirar com a outra. Para o especialista, a "folga" no orçamento é praticamente inexistente, em se considerando as regras fiscais vigentes. "Essas medidas sinalizam para o populismo fiscal às vésperas do ano eleitoral. O governo poderia cortar despesas discricionárias, reduzir subsídios, respeitar o teto de gastos, já considerando os precatórios do Fundef fora do teto de gastos, parcelar os precatórios dentro do que já prevê a Constituição e negociar com o Congresso a redução do montante das emendas ao invés de aumentá-las como já cogitam. A irresponsabilidade fiscal tem perna curta. As consequências ocorrem em cadeia: aumento do dólar, da **inflação**, dos juros, a retração dos investimentos e o crescimento do desemprego", disse.

IMBRÓGLIO NO SENADO Com a mudança no teto de gastos, o governo abre uma brecha de R\$ 91,6 bilhões no Orçamento de 2022. É com esta verba que Bolsonaro pretende pagar aos **servidores públicos**. Na linha de prioridade, constam as promessas de

governo, em especial com os Policiais Federais e Rodoviários. A matéria está sob análise do Senado Federal após ter passado com muito custo em dois turnos na Câmara dos Deputados. Na Casa Revisora, o texto passará por inúmeras modificações. Há bastante resistência dos parlamentares em aprová-la do jeito que está.

As afirmações do mandatário já estão sob contradição no Senado. Pouco depois, o líder do governo no Senado e relator do Orçamento, Fernando Bezerra (MDB-PE), contrariou o chefe do Executivo. Na saída de uma reunião para falar sobre a PEC dos Precatórios, o parlamentar disse que Bolsonaro terá de escolher o que fazer com a folga no Orçamento. "O presidente, ele sempre vai ter que escolher, porque as despesas discricionárias e as despesas obrigatórias são muito apertadas. Como todos sabem, não ocorreram reajustes no serviço público federal nos últimos três anos, também votamos aqui o não reajuste para os governos estaduais nos anos da pandemia, no ano passado e neste ano, mas é possível, sim, conceder reajustes já a partir do próximo ano. O que a gente entende, nas leituras que estamos fazendo, é que o espaço dentro do orçamento público está muito escasso, e as prioridades precisarão ser definidas quando da discussão da peça orçamentária que se dará até o final de dezembro", disse.

Para o senador Oriovisto Guimarães (Podemos-PR) é claramente uma medida eleitoreira. "É impossível ele fazer isso (conceder o reajuste a todos os servidores). Não sei de onde ele vai tirar dinheiro. Eu entendo que não existe esse espaço. Acho que se o presidente quiser dar algum ajuste dos servidores tem tirar das despesas discricionárias. (A medida). Não cabe, não dá. Se considerar o que tem para pagar de precatório e auxílio, acaba com todo o dinheiro que tem. Há aí uma impossibilidade. Não se tira uma coisa de um lugar se essa coisa não existe. Na PEC dos Precatórios não tem espaço para isso", disse.

Embaixada do Brasil é inaugurada no Bahrein

O presidente da República, Jair Bolsonaro, inaugurou ontem a embaixada do Brasil em Manama, no Bahrein, a primeira de seu governo. No evento, o ministro das Relações Exteriores do Bahrein, Abdullatif al-Zayani, descerrou a placa ao lado do líder brasileiro. A abertura faz parte de uma tentativa do Itamaraty de voltar a expandir postos diplomáticos no exterior, após a tendência de contração nos últimos anos. Também serve como gesto de reciprocidade com o Bahrein, que abriu uma embaixada em Brasília, em 2018. O novo posto diplomático no Oriente Médio é comandado pelo encarregado de negócios Alberto Luiz Pinto Coelho Fonseca.

A embaixada também deve servir como base para abrir o mercado agrícola local e para mais negócios na área de Defesa, com venda de armamentos e aviões, não especificamente no país, mas na região do Golfo Pérsico. O comércio do Brasil com o país árabe insular cresceu nos últimos anos e segundo diplomatas chega perto de US\$ 1 bilhão por ano.

Cerca de 80% das exportações para o Bahrein são minério de ferro, sendo que o Brasil é o principal fornecedor desse produto para as indústrias bareinitas. A Alba - Aluminium Bahrain - é a segunda maior fundição de alumínio do mundo. O Bahrein ainda é dependente da produção de hidrocarbonetos, mas não possui grandes reservas de petróleo e de gás natural, como países vizinhos do golfo.

A visita ao Bahrein, que inclui um encontro do presidente com o rei Hamad bin Isa Al-Khalifa, é a segunda parada de Bolsonaro em seu giro pelo Oriente Médio. No fim de semana, ele esteve em Dubai, nos Emirados Árabes Unidos, onde se reuniu com investidores e participou de evento no pavilhão do Brasil na Expo Du-bai. O roteiro ainda inclui visita a Doha, capital do Catar. Lá, o presidente tem encontro marcado com o emir Tamim ben Hamad al Thani e deve também visitar o Estádio Lusail, que sediará a final da Copa do Mundo de 2022. O retorno ao Brasil está programado para ocorrer amanhã.

Site: <https://digital.em.com.br/estadodeminas>

Promessa gera ceticismo entre servidores e ruído no Congresso

ADRIANA FERNANDES IDIANA TOMAZELLI

A promessa do presidente Jair Bolsonaro de garantir um reajuste salarial aos **servidores públicos** em 2022, ano de eleições, causou ruído e ceticismo. Entre os servidores, a avaliação é a de que o presidente acenou com o fim do congelamento dos salários para pressionar pela aprovação da Proposta de Emenda Constitucional dos precatórios, que enfrenta resistências no Senado e sofre oposição dos partidos de esquerda ligados aos sindicatos. Já o Ministério da Economia avalia que a decisão do presidente vai implicar o corte de outras despesas, porque o espaço no Orçamento com o texto já está dado.

A PEC, que prevê a mudança do cálculo do teto de gastos e o adiamento do pagamento de dívidas judiciais, pode abrir um espaço para o governo gastar mais R\$ 91,6 bilhões no ano eleitoral, quando o presidente vai buscar a reeleição. A depender do tamanho do porcentual de correção, o reajuste pode custar praticamente os recursos necessários para ampliar o programa social do governo, o Auxílio Brasil.

Enquanto o líder do governo no Senado, Fernando Bezerra (MDB-PE), indicou a possibilidade de o governo conceder o reajuste, o relator-geral do Orçamento, deputado Hugo Leal (PSD-RJ), avaliou que não há espaço para novas despesas de caráter permanente.

"Não há espaço orçamentário nas contas do governo, principalmente porque esse é um gasto permanente", disse o relator ao Estadão. Leal afirmou que o reajuste dos salários não consta em nenhuma das planilhas preparadas pela Comissão Mista do Orçamento (CMO).

O ministro da Cidadania, João Roma, repetiu a mesma avaliação do relator. "Isso não está no nosso elenco. A PEC, o recurso dessa PEC está sendo destinado para a área social do governo. Ela estabelece justamente a viabilização do pagamento de R\$ 400, no mínimo, para cada beneficiário do Auxílio Brasil", disse Roma.

Já Bezerra - que é o relator da PEC dos precatórios - afirmou que o governo pode conceder reajuste a **servidores públicos** em 2022, mas indicou que as "prioridades" serão discutidas no Orçamento. Senadores temem que o governo use o espaço fiscal

que se abrirá em caso de aprovação da proposta.

Para o presidente da Frente Parlamentar Mista em Defesa do Serviço Público, deputado Professor Israel Batista (PV-DF), Bolsonaro quer aplacar a oposição e gerar constrangimento para as associações dos servidores que criticam a PEC. "O presidente fala uma coisa, a equipe econômica fala outra coisa e a equipe técnica da equipe econômica fala diferente." QUESTIONAMENTO. No mercado financeiro, a fala do presidente causou ruído porque é mais incerteza em relação ao Orçamento de 2022. A resposta da equipe econômica para os questionamentos dos investidores, segundo apurou o Estadão, foi a de que o espaço fiscal para novos gastos será dado pela PEC, e as escolhas das despesas terão de caber neste espaço.

A promessa do presidente contraria a política do ministro da Economia, Paulo Guedes, de congelamento dos salários dos servidores. A ideia do ministro era não dar o reajuste até o final do governo como forma de reduzir a economia nessa rubrica do Orçamento, que está entre os três principais gastos do governo, ao lado das despesas com juros e pagamento de benefícios da Previdência.

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

PEC rola dívida de R\$ 580 bi em precatórios não pagos

Bernardo Caram

Levantamento elaborado pela consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira da Câmara estima que a PEC (Proposta de Emenda à Constituição) dos Precatórios deve gerar uma bola de neve de R\$ 580 bilhões em precatórios não pagos até 2036.

O texto, que foi aprovado pela Câmara e ainda depende de análise do Senado, cria um limite anual para pagamento das sentenças judiciais pelo governo.

A medida é defendida pela equipe do presidente Jair Bolsonaro com o objetivo de abrir espaço nas contas federais para bancar o Auxílio Brasil. A ideia é também permitir outros gastos, como é o caso da promessa feita pelo mandatário de reajuste salarial a **servidores públicos**.

O levantamento que estima o impacto da PEC foi produzido pelos consultores Ricardo Volpe e Sérgio Sambosuke a pedido de deputados.

O modelo parte de algumas premissas para simular o volume de precatórios que pode ser emitido nos próximos anos.

As contas consideram o período até 2036, ano final da vigência do teto de gastos, regra que limita as despesas públicas federais à variação da **inflação**.

No cenário tratado pelos consultores como prudencial, a **inflação** ficará em 10% em 2021, 5% em 2022 e 3,25% nos anos seguintes. O cálculo considera que o volume das sentenças judiciais seguirá o ritmo da **inflação** ano a ano.

O documento ainda considera que 20% dos precatórios serão pagos antecipadamente com um desconto de 40% do valor. A PEC permite que os detentores desses títulos autorizem o pagamento antecipado, desde que haja a redução no valor.

Os cálculos não consideram efeito de outro instrumento instituído pela proposta, o encontro de contas entre União e governos regionais. Por meio dele, por exemplo, se um estado for detentor de um precatório federal de R\$ 1 bilhão e, ao mesmo tempo, tiver uma dívida de R\$ 1 bilhão com a União, esses

valores poderão se anular.

"Quanto ao volume de precatórios não pagos em decorrência do teto de pagamento para sentenças judiciais, estimou-se em R\$ 580 bilhões o montante de precatórios acumulados e corrigidos a serem pagos ao final de 2036", afirmam os consultores.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49732&anchor=6445446&pd=05065eb898da327a8aea6e4e01d45e99>

Aposentados vão à Justiça contra calote

Simony Giuberti

A possibilidade de parcelamento no pagamento dos precatórios tem tirado o sono de aposentados e pensionistas do País. A preocupação é tanta que os sindicatos que representam a categoria estão estudando o que pode ser feito para ajudar quem tem dinheiro a receber da União.

Uma das medidas já foi tomada. O Sindicato Nacional dos Aposentados, Pensionistas e Idosos (Sindnapi), juntamente com a Força Sindical e a Confederação Nacional dos Trabalhadores Metalúrgicos (CNTM), vai ingressar na Justiça contra a proposta.

A intenção é retirar do texto os precatórios da **Previdência Social**.

"Isso tem preocupado muito. Imagina a pessoa esperar a vida toda para receber um precatório e agora correr esse risco? Isso são créditos alimentícios. Tem gente que se programou há muito tempo. São pessoas que estão no final da vida, no momento que mais precisa de socorro financeiro", afirmou Jânio Araújo, presidente do Sindnapi do Espírito Santo.

De acordo com a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), o governo federal tem R\$ 89,1 bilhões em precatórios para pagar até o final de 2022. Somente no Estado, cerca de 1.500 pessoas estão esperando para receber o dinheiro.

A PEC já passou pela Câmara e precisa ser aprovada em dois turnos pelo Senado. Caso também receba o aval dos senadores, o teto de pagamentos previsto para o ano que vem será de R\$ 44,5 bilhões.

O texto prevê algumas possibilidades para que a pessoa consiga receber o dinheiro à vista, caso não seja contemplada com o pagamento no ano que vem. Uma delas é aceitar receber no ano seguinte,

"Imagina a pessoa esperar a vida toda para receber um precatório e agora correr esse risco? Isso são créditos alimentícios"

Jânio Araújo, presidente do Sindnapi com desconto de 40%.

Mas a advogada previdenciarista Tamires Freitas alertou sobre as perdas. "Não vale a pena perder esse montante bem considerável, a não ser em casos urgentes em que o cidadão não pode esperar. Como

por exemplo, gastos com saúde e garantia de financiamento de uma casa própria", explicou.

Outra possibilidade para quem não quiser esperar é vender o precatório para alguma instituição financeira. Mas, nesse caso, a pessoa também teria um desconto.

Segundo Tamires, esse mercado tem ganhado força para quem quer garantir o dinheiro sem burocracia. "Mas só indico em último caso, devido a perda financeira, o deságio em si", ressaltou.

TRATAMENTO MÉDICO

Medo da aprovação

Uma família que está com medo da aprovação da PEC dos Precatórios é a da pensionista Domingas Nascimento Coutinho, de 77 anos. e da filha dela, Angelina do Nascimento Coutinho, de 54.

Elas estão na fila para receber os valores no ano que vem, referente à revisão de aposentadoria do pai de Angelina, que morreu em 2017.

"Minha mãe precisa desse dinheiro para fazer um tratamento médico eterno medo de isso afetar a gente. Esse dinheiro é para cuidar dela, fazer com que ela tenha uma qualidade de vida melhor", disse.

ENTENDA

Proposta para viabilizar Auxílio Brasil

O que é precatório?

O PRECATÓRIO é uma requisição de pagamento feita ao poder público, pelo Judiciário. Por meio dele, o poder público realiza o pagamento de dívidas relativas aos processos nos quais está envolvido e que já transitaram em julgado.

COMO NÃO CABE mais contestação, essas dívidas devem ser cumpridas.

ESSAS AÇÕES são demoradas. As pessoas ficam um bom tempo para conseguir ganhar na Justiça, e o processo pode levar anos.

Valores

OS PRECATÓRIOS envolvem valores acima de 60

salários mínimos, o que equivale hoje a R\$ 66 mil. Valores abaixo disso são pagos com Requisições de Pequenos Valores.

Algumas mudanças

A PROPOSTA DE EMENDA à Constituição (PEC) muda o pagamento de despesas do governo decorrentes de sentenças judiciais e altera o cálculo do teto de gastos. Ela é apontada como solução pelo presidente Jair Bolsonaro para viabilizar o pagamento do Auxílio Brasil de R\$ 400.

SE A PEC for aprovada no Senado,

cerca de 1.500 ações de empresas e pessoas físicas podem ser afetadas no Estado.

OS PRECATÓRIOS que não forem expedidos por causa do teto terão prioridade para pagamento nos anos seguintes, reajustados pela taxa Selic, acumulada mensalmente.

O TEXTO OFERECE aos credores a possibilidade de fechar acordo para receber o valor até o final do exercício seguinte, caso concordem com um desconto de 40%.

A PEC TAMBÉM permite que empresas e pessoas físicas credoras da

União usem seus precatórios para quitar débitos junto ao governo, e comprar imóveis da União.

PREFEITURAS E GOVERNOS estaduais poderão usar seus precatórios para quitar dívidas com a União.

Insatisfação

A PEC VEM SENDO considerada por especialistas como um calote do governo federal.

PARA TENTAR RETIRAR do texto OS precatórios de natureza previdenciária, o Sindicato Nacional dos Aposentados, Pensionistas e Idosos (Sindnapi) vai ingressar com uma ação na Justiça

JÁ A ORDEM dos Advogados do Brasil (OAB) emitiu uma nota técnica afirmando que a PEC dos Precatórios é a sexta tentativa de calote nos brasileiros nos últimos anos.

AINDA DEACORDO com a nota técnica, a medida é inconstitucional. De acordo com a Ordem, o texto descumpra decisões judiciais anteriores, que já foram declaradas inconstitucionais pelo Supremo Tribunal Federal (STF).

Lira aconselha 'mobilização' para aprovar reforma

–BRASÍLIA. O presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira, afirmou que o ministro da Economia, Paulo Guedes, tem que mobilizar o governo se quiser ajudar a aprovar a reforma administrativa.

apreciar a PEC 110, que substitui nove **tributos**.

Site: <http://digital.otempo.com.br/leitor>

O deputado concedeu entrevista à CNN em Portugal e foi questionado sobre a fala do ministro em Dubai de que é necessário avançar com as reformas para que os liberais continuem apoiando o presidente Bolsonaro em um segundo mandato.

Lira defendeu a necessidade "de se completar o ciclo de reformas com a reforma administrativa e com a **reforma tributária**". O presidente da Câmara afirmou que a administrativa está pronta para ser apreciada em plenário: "O ministro Paulo Guedes, numa fala própria dele, tem que mobilizar o governo para que o governo se mobilize se quer ou não ajudar na reforma administrativa".

Segundo Lira, não há, por enquanto, disposição na sociedade civil organizada nem no governo para enfrentar esse tema agora.

PROPOSTAS. As reformas são frequentemente citadas como fundamentais para melhorar a situação fiscal do país e para abrir espaço para ampliar os investimentos.

No entanto, problemas de negociação política praticamente inviabilizaram as mudanças até o final do governo Bolsonaro.

Entregue em julho de 2020, a tributária até hoje não avançou na Câmara. O projeto que unifica PIS e Cofins nem sequer tem relatório.

A Câmara também discutia uma PEC que previa juntar **impostos** sobre o consumo em um único tributo.

Não avançou. Já a administrativa, enviada em setembro de 2020, sempre foi vista como uma das mais difíceis de serem aprovadas por causa do forte lobby dos funcionários públicos no Congresso.

Tributária

IR. Sobre a **reforma tributária**, Arthur Lira disse que a Câmara votou mudanças no Imposto de Renda e está à espera de análise do Senado, que também deve

A eficácia da reforma tributária (Artigo)

Ernesto Lozardo

A aprovação do texto da **reforma tributária** (PEC 110/2019), de relatoria do senador Roberto Rocha, será um grande feito histórico para o crescimento econômico futuro do País.

Um dos méritos desta PEC é a criação do Imposto sobre o Valor Agregado (IVA) Dual da União, dos Estados e municípios, que consiste na substituição das contribuições federais PIS e Cofins pela Contribuição Social sobre Bens e Serviços (CBS) e na unificação dos **impostos** estaduais e municipais ICMS e ISS no Imposto sobre Bens e Serviços (IBS). Por seguirem modelos internacionais de IVA, os **tributos** são apurados com base no valor agregado dos bens e serviços consumidos.

Atualmente, a alíquota do ISS varia de 2% a 5% e a do ICMS é, em geral, de 18%. À primeira vista, um leigo argumentaria que, se somarmos ISS, ICMS, PIS e Cofins, o IVA chegaria a uma alíquota de 30%. Em vista disso, a unificação do ICMS e do ISS, somada à criação da CBS, causaria grandes prejuízos ao setor de serviços. Alega-se que este teria um aumento de carga tributária, o que traria efeitos deletérios no emprego e no valor final da venda dos serviços e estimularia a pejetização. Essas afirmações não correspondem ao realismo socioeconômico da reforma.

O setor de serviços não será prejudicado pela unificação.

Grande parte dele integra o sistema Simples (algo em torno de 80%), já que se trata de micro, pequenas ou médias empresas.

Elas respondem por 92% do emprego no Brasil. Como o Simples permanecerá inalterado na reforma, o custo final dos serviços não aumentará.

No sistema IVA, o creditamento ao longo da cadeia promoverá a não cumulatividade dos **tributos**, de modo que será desonerado o setor produtivo. Ao fim, o consumidor é quem arcará com o ônus econômico do tributo.

Ademais, o imposto será cobrado no destino, no local do consumo - não mais no local da produção. Isso implicará uma efetiva distribuição da receita tributária no País, dando a Estados e municípios pobres e aos consumidores uma maior disponibilidade de recursos

fiscais. Isso lhes possibilitará desenvolvimento local e regional.

A arrecadação do IBS será feita de forma centralizada pelo Conselho Federativo e repassada aos Estados e municípios de destino das operações. A participação neste conselho será paritária, de modo que não haverá qualquer preponderância dos Estados, muito menos dependência dos municípios, e isso assegurará a autonomia dos entes governamentais e o federalismo cooperativo na gestão do imposto.

Essa sistemática terminará com um dos maiores focos da corrupção brasileira em relação às receitas da União, dos Estados e municípios: a sonegação fiscal dos contribuintes.

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Setor de serviços não será prejudicado pela unificação de impostos

Ernesto Lozardo*

A aprovação do texto da **reforma tributária** (PEC 110/2019), de relatoria do senador Roberto Rocha, será um grande feito histórico para o crescimento econômico futuro do País.

Um dos méritos desta PEC é a criação do Imposto sobre o Valor Agregado (IVA) Dual da União, dos Estados e municípios, que consiste na substituição das contribuições federais PIS e Cofins pela Contribuição Social sobre Bens e Serviços (CBS) e na unificação dos **impostos** estaduais e municipais ICMS e ISS no Imposto sobre Bens e Serviços (IBS). Por seguirem modelos internacionais de IVA, os **tributos** são apurados com base no valor agregado dos bens e serviços consumidos.

Atualmente, a alíquota do ISS varia de 2% a 5% e a do ICMS é, em geral, de 18%. À primeira vista, um leigo argumentaria que, se somarmos ISS, ICMS, PIS e Cofins, o IVA chegaria a uma alíquota de 30%. Em vista disso, a unificação do ICMS e do ISS, somada à criação da CBS, causaria grandes prejuízos ao setor de serviços. Alega-se que este teria um aumento de carga tributária, o que traria efeitos deletérios no emprego e no valor final da venda dos serviços e estimularia a pejetização. Essas afirmações não correspondem ao realismo socioeconômico da reforma.

O setor de serviços não será prejudicado pela unificação. Grande parte dele integra o sistema Simples (algo em torno de 80%), já que se trata de micro, pequenas ou médias empresas. Elas respondem por 92% do emprego no Brasil. Como o Simples permanecerá inalterado na reforma, o custo final dos serviços não aumentará.

No sistema IVA, o creditamento ao longo da cadeia promoverá a não cumulatividade dos **tributos**, de modo que será desonerado o setor produtivo. Ao fim, o consumidor é quem arcará com o ônus econômico do tributo.

Ademais, o imposto será cobrado no destino, no local do consumo - não mais no local da produção. Isso implicará uma efetiva distribuição da receita tributária no País, dando a Estados e municípios pobres e aos consumidores uma maior disponibilidade de recursos

fiscais. Isso lhes possibilitará desenvolvimento local e regional.

A arrecadação do IBS será feita de forma centralizada pelo Conselho Federativo e repassada aos Estados e municípios de destino das operações. A participação neste conselho será paritária, de modo que não haverá qualquer preponderância dos Estados, muito menos dependência dos municípios, e isso assegurará a autonomia dos entes governamentais e o federalismo cooperativo na gestão do imposto. Essa sistemática terminará com um dos maiores focos da corrupção brasileira em relação às receitas da União, dos Estados e municípios: a sonegação fiscal dos contribuintes.

* PROFESSOR DE ECONOMIA DA EAESP-FGV, AUTOR DO LIVRO O.K., ROBERTO. VOCÊ VENCEU! O PENSAMENTO ECONÔMICO DE ROBERTO CAMPOS (EDITORA TOPBOOKS, 2018)

Site: <https://www.terra.com.br/economia/setor-de-servicos-nao-sera-prejudicado-pela-unificacao-de-impostos,8db854a8fc33b7fce3c22b7a9747714c3s4jbd6n.html>

Petrobras reduz despesas com juros e encargos de dívida

As despesas da Petrobras com juros e encargos de dívida financeira registraram queda no terceiro trimestre de 2021. O valor somou US\$ 669 milhões, 31,1% abaixo dos US\$ 971 milhões gastos no mesmo período de 2020.

De acordo com a companhia, na comparação dos nove primeiros meses de 2021 com igual período do ano passado, o recuo também é significativo. O total saiu de US\$ 2,8 bilhões para cerca de US\$ 2,3 bilhões, o que representa redução de 17,9%.

Para o diretor Financeiro e de Relacionamento com Investidores, Rodrigo Araújo, a diminuição do gasto com serviço da dívida é mais uma demonstração do processo de reequilíbrio financeiro atingido pela Petrobras.

Segundo Araújo, esses juros e encargos são referentes aos empréstimos que a empresa contraiu, valores que eram revertidos para credores. "Agora, parte desses recursos estão disponíveis para alocação em projetos rentáveis e que geram valor para a companhia ou para serem distribuídos aos acionistas, sendo a sociedade brasileira a maior beneficiada, com cerca de 37% dos valores retornados, que se somam aos quase R\$ 180 bilhões em tributos que esperamos pagar em 2021", disse.

Site:

https://issuu.com/jornalalobrasilia/docs/ano_15_edi_o_3

315

Brasil perde R\$ 14 bi ao ano com fraudes fiscais

Brasília - O Instituto Combustível Legal, que reúne algumas das principais distribuidoras de combustível do País, defendeu ontem a intensificação de ações conjuntas de fiscalização por parte de órgãos como a Polícia Federal, o Ministério Público, o Procon e secretarias estaduais de Fazenda, como uma das medidas para combater as fraudes no setor de venda de combustíveis. Segundo o instituto, somente em **tributos**, a estimativa é de que as perdas sejam em tomo de R\$ 14 bilhões ao ano.

O tema foi debatido ontem em audiência pública na Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados, após denúncias de que grandes distribuidoras de combustível estão vendendo o produto para postos de abastecimento em Minas Gerais e Espírito Santo, mas que, na verdade a venda dos produtos está ocorrendo no Rio de Janeiro.

Na avaliação do instituto, as ações de fiscalização são pontuais e os órgãos envolvidos acabam não trocando informações entre si, o que acaba dando a sensação de que o combate às fraudes se resume a "enxugar gelo".

"Fica uma visão de fiscalização enxuga gelo apreendendo carregamentos pontuais, mas o fundamento da fraude não é combatido. E a maior dessas praticas de irregularidade está concentrada na motivação tributária", apontou.

O instituto denuncia que parte das fraudes está relacionada a operações de vendas fictícias de combustíveis entre estados com alíquotas diferentes do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços (ICMS). As tarifas de ICMS incidentes sobre a gasolina variam de 25% a 34%. No caso do etanol são 13 alíquotas diferentes, variando de 12% a 32%.

"O fato de ter tanta variação (de ICMS) entre os estados possibilita a famosa venda fictícia. Além disso, o setor é extremamente vulnerável, considerando-se que não existe rastreabilidade do produto. Então, ele é um produto fungível e quando você tira ele da condição normal de comercialização você não consegue tipificar se ele é legal ou ilegal", alerta o representante do instituto Carlos Faccio. Faccio citou o exemplo do Rio de Janeiro e São Paulo. No Rio, a alíquota é de 34%, enquanto em São Paulo, 25%.

"Essa diferença de 9% significa mais de R\$ 0,85 no preço da gasolina. Então, se passar o rio que divide um estado com o outro, tem uma diferença de quase R\$ 1 na bomba", disse.

As fraudes tributárias envolvem a sonegação do imposto com práticas como venda do produto sem emissão da nota fiscal, notas fiscais canceladas, duplicadas para mais de uma venda, e vendas interestaduais fictícias. Segundo Faccio, isso tem gerado um passivo de cerca de R\$ 70 bilhões na dívida ativa da União.

"O fato de ter tanta variação (de ICMS) entre os estados possibilita a famosa venda fictícia. Além disso, o setor é extremamente vulnerável, considerando-se que não existe rastreabilidade"

Além desse tipo de fraude, ele lembrou ainda que as fraudes operacionais, como as que envolvem a adulteração da carga, postos piratas, bombas fraudadas, entre outras, geram um prejuízo de mais de R\$ 15 bilhões ao ano em **tributos**.

"Devedor contumaz" - Segundo o representante do instituto, um caminho seria a aprovação de punições mais graves para os fraudadores. Uma possível medida seria a aprovação de uma lei para o chamado "devedor contumaz", a empresa ou empresário que faz da sonegação de **tributos** sua estratégia de negócios. Pelas leis atuais, não existe diferenciação de tratamento entre um devedor eventual e um devedor contumaz.

O projeto permitiria uma maior ação para punir quem pratica de forma reiterada a sonegação de **tributos**. "Com isso, o Estado vai ter legitimidade para aplicar um regime especial (de punição). E, assim, começa a garantir que um estado não vai ter devedores adicionais. O passivo que ficou vai ser discutido [na Justiça], mas daqui para a frente não tem mais problema com aquele devedor crônico", defende.

Outro ponto defendido foi a unificação da tarifa de ICMS. O valor fixo do ICMS chegou a ser aprovado em um projeto da Câmara dos Deputados, que está agora sob análise do Senado. "A alíquota uniforme de todos os estados serve para impedir que se tenha essas operações interestaduais fictícias. Existe hoje uma facilidade de fazer o transporte rodoviário no Brasil

que possibilita desviar os produtos para todo local. E é impossível controlar isso", disse.

O presidente da comissão, deputado Aureo Ribeiro (Solidariedade-RJ), anunciou que vai criar um grupo de trabalho para acompanhar as ações de fiscalização de fraudes no setor de combustíveis e propor medidas para prevenção. (ABr)

"Prévia" do PIB indica recessão técnica no País

**EDUARDO RODRIGUES, GUILHERME BIANCHINI e
CÍCERO COTRIM**

Conhecido como uma "prévia" do Produto Interno Bruto (**PIB**), o Índice de Atividade (IBC-Br) medido pelo Banco Central registrou queda de 0,14% no terceiro trimestre do ano, na comparação com os três meses anteriores. Como o indicador também já havia mostrado recuo no período de abril a junho (de 0,35%), ficou caracterizado o que os economistas chamam de recessão técnica.

O resultado levou o mercado a revisar para baixo suas estimativas para o ritmo de atividade tanto no terceiro trimestre como no fechamento do ano e em 2022. De acordo com levantamento do Projeções Broadcast, a mediana das previsões para o terceiro trimestre passou a ser de variação zero. Antes, a mediana para o período era de crescimento de 0,3%. Para o fechamento deste ano, a expectativa do mercado caiu de 5% para 4,8%, enquanto para 2022 recuou de 1,5% para 0,5%.

O resultado oficial do **PIB** no País é medido pelo IBGE, que só vai divulgar no início de dezembro os números referentes ao terceiro trimestre.

Em setembro, na comparação com agosto, o IBC-Br teve queda de 0,27% na série já livre de influências sazonais (uma espécie de compensação que é feita para comparar períodos diferentes). De agosto para setembro o IBC-Br passou de 138,93 pontos para 138,56 pontos, no menor patamar desde dezembro do ano passado (138,27 pontos).

O IBC-Br serve como parâmetro para avaliar o ritmo da economia brasileira ao longo dos meses.

A projeção atual do BC para a atividade doméstica em 2021 é de crescimento de 4,7%. Esta estimativa foi atualizada no último Relatório Trimestral de **Inflação** (RTI), em setembro.

O coordenador do departamento econômico do Banco ABC Brasil, Daniel Xavier, reduziu a projeção de crescimento do **PIB** no trimestre de 0,2% para zero.

Para o economista, a contração de 0,14% do IBC-Br na margem do trimestre confirma um viés de baixa para a atividade.

Nas contas de Xavier, o crescimento de 3% do volume de serviços prestados no terceiro trimestre deve garantir uma expansão de 1,5% para o **PIB** do setor no período. Em contrapartida, o economista prevê contração de 1% do **PIB** industrial e uma queda da agropecuária.

RETRAÇÃO. Para 2021, Xavier reduziu a projeção de crescimento do **PIB** de 5% para 4,8%. Em 2022, o economista diminuiu a estimativa de 0,5% para 0,1%, mas não descarta uma contração da atividade. "A mensagem principal é a que existe uma desaceleração contratada no ano que vem, com juro real para cima, incerteza econômica e pauta fiscal que não ajuda. A perspectiva da safra está boa e deve segurar um pouco o **PIB**, mas existe chance de queda", afirma.

Já a XP Investimentos projeta variação zero para o **PIB** no terceiro trimestre, com crescimento de 4,3% na comparação anual.

"Há algumas semanas, chegamos a esperar crescimento de 0,5% na margem, mas, dada a decepção com os indicadores de atividade, principalmente em setembro, a previsão passou por revisões baixistas", afirma o economista Rodolfo Margato.

Para 2022, a expectativa é de crescimento de 0,8%, também com viés de baixa. "O comportamento inflacionário recente tem surpreendido. Com base nisso, talvez o Banco Central precise apertar mais sua política monetária, mesmo diante do quadro de enfraquecimento da atividade doméstica", afirma Margato, que projeta Selic terminal de 11,0%, em março de 2022.

Governo deve manter previsão de alta acima de 2% para **PIB** em 2022 Na contramão do mercado, o governo deve manter uma estimativa de crescimento do **PIB** acima de 2% em 2022, segundo apurou o Estádão/Broadcast.

A nova projeção será divulgada hoje pela Secretaria de Política Econômica (SPE) do Ministério da Economia.

O governo trabalha atualmente com uma expectativa de alta de 2,5% para o **PIB** no ano que vem, número

acima das projeções do Boletim Focus - uma compilação do Banco Central - divulgado ontem. A previsão dos analistas para o **PIB** em 2022 recuou de 1% para 0,93%.

Para defender o número "nitidamente" mais otimista, a equipe econômica vai argumentar que a retomada do mercado de trabalho será mais forte do que o esperado.

A previsão é de que serão gerados cinco milhões de postos de trabalho, formais e informais, até o fim do ano que vem, o que daria sustentação à atividade econômica.

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

B3 cai 1,82% e dólar sobe 0,78% diante do risco fiscal

A melhora dos principais índices das bolsas em Nova York durante a tarde amenizou a queda, mas não o suficiente, e o Ibovespa, principal indicador da Bolsa brasileira, fechou em forte queda, ontem. Os temores com o risco fiscal, a inflação e a atividade fraca mantêm a cautela dos investidores.

O Ibovespa recuou 1,82% e encerrou o pregão aos 104.403,66 pontos. Em Nova York, o índice Dow Jones fechou em alta de 0,16%, enquanto S P 500, de 0,39% e Nasdaq, de 0,76%.

No câmbio, o dólar fechou em alta de 0,78%, a R\$ 5,4997. O real também sofre com o fortalecimento da moeda americana no exterior.

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Balanço da inovação no Brasil (Artigo)

MARCELA FLORES

O Brasil subiu cinco posições no Índice Global de Inovação (IGI), levantamento anual que avalia 132 países, de acordo com uma série de indicadores relacionados à inovação. Porém, apesar de aparecermos no 57º lugar este ano, o País ainda encontra-se com dez posições a menos do que a ocupada há uma década. Isso porque estagnamos em uma zona próxima ao 60º lugar, com movimentações mínimas que mostram que as mudanças que implementamos como nação não são rápidas e suficientes para ultrapassarmos outros países do mundo.

São muitas as iniciativas necessárias para melhoria do posicionamento do Brasil, como a criação de um plano de país e não de governo, a promoção de uma agenda efetiva de melhoria do ambiente de negócios, investimentos em infraestrutura de pesquisa aberta e de larga escala, capacitação da mão de obra em tecnologia, construção de uma economia mais aberta e internacionalizada.

Vale lembrar que algumas ações importantes já foram tomadas recentemente, como a liberação dos recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), que pode impactar positivamente o posicionamento brasileiro no próximo ranking global. Portanto, é imprescindível garantir que o orçamento aprovado do fundo seja, de fato, realizado, principalmente no que diz respeito aos recursos não reembolsáveis. Reforço, ainda, que o País pode melhorar seu posicionamento se potencializar o apoio às empresas que promovem inovação, otimizar políticas públicas, bem como fazer um melhor uso dos recursos financeiros e humanos.

Levando em consideração que o IGI traz um balanço comparativo entre países, é uma boa estratégia intensificar, cada vez mais, a aplicação das tecnologias nos setores de soberania. A agricultura sustentável e os recursos naturais para energia limpa e acessível têm potencial para solucionar desafios mundiais relacionados à fome e ao clima. No entanto, para conseguirmos um crescimento progressivo no futuro, o Brasil precisa acelerar o passo das mudanças para o crescimento da inovação em todos os setores.

Análise da classificatória global - Em uma avaliação detalhada das classificações, dentre 81 indicadores, os que o Brasil apresentou melhor resultado, sendo estas consideradas "forças", estão voltadas à "escala

do mercado interno" - mantendo a oitava posição, a qual ocupa desde 2019 -, "Gastos com educação em percentual do Produto Interno Bruto (PIB)", "Valores pagos por uso de Propriedade Intelectual em percentual do comércio total", "Participação eletrônica" e "Serviços governamentais on-line".

As pontuações mais baixas foram apuradas nos indicativos de "Formação bruta de capital" (116a colocação, em 2020, frente a 115a, em 2019), que, em conjunto com a piora no "Índice de produção de energia", resultou em uma baixa classificação voltada à

"Infraestrutura geral" (saímos do 102º lugar, em 2019, para a 107a, no ano passado). Além disso, outros critérios que continuam preocupando bastante estão voltados à "Facilidade para abrir uma empresa", à "Mobilidade de estudantes no ensino superior" e ao "Crédito" - métrica puxada pela queda expressiva na "Facilidade de obtenção de crédito", que passou da 87a posição para a 94a de 2019 para 2020.

Basicamente, nos últimos dez anos, todo o movimento dos países do BRICS - agrupamento formado por Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul - foi relevante, com exceção do Brasil. Para se ter ideia, a Índia saiu da 62a colocação para a 46a, em 2021. Já a Rússia, foi do 56º lugar para o 45º lugar. E, no caso da China, o país saiu da 29a posição para a 12a posição.

Neste mesmo período, outros países, apesar de estarem em posições baixas anteriormente, tiveram um crescimento progressivo representativo, como as Filipinas, que foi do 91º lugar para o 51º lugar; a Turquia, saindo da 65a colocação para a 41a colocação; e, por fim, o Vietnã, que se encontra no 44º lugar (anteriormente, o país ocupava o 51º lugar).

* Diretora-executiva da Associação Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento das Empresas Inovadoras (Anpei) única entidade brasileira multissetorial e independente do ecossistema de inovação que trabalha em prol do avanço da inovação no País.

Projeção para o IPCA de 2021 sobe para 9,77%

SÃO PAULO AGÊNCIA ESTADO

Após nova surpresa com o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) de outubro (1,25%), a projeção do mercado financeiro para a **inflação** em 2021 subiu pela 32ª semana consecutiva, conforme o Relatório Focus. A mediana subiu de 9,33% para 9,77%, cada vez mais próxima dos dois dígitos e distante do teto da meta a ser perseguida pelo Banco Central, de 5,25%. Há um mês, estava em 8,69%.

A estimativa para o índice em 2022 também continuou subindo, de 4,63% para 4,79% - o 17º aumento seguido. A mediana está cada vez mais próxima da banda superior da meta (5,00%), sinalizando alto risco de novo rompimento da meta no ano que vem, Quatro semanas atrás, estava em 4,18%.

Considerando as 68 respostas nos últimos cinco dias úteis, a expectativa para o IPCA de 2021 já ultrapassa 10%, variando de 9,46% para 10,10%. Para 2022, foram feitas 67 atualizações nos últimos cinco dias, com a estimativa subindo 0,30 ponto porcentual, de 4,60% para 4,90%.

O Relatório também continuou a mostrar sinais de desancoragem em prazos mais longos. A expectativa para o IPCA em 2023 avançou de 3,27% para 3,32%. No caso de 2024, por sua vez, a previsão arrefeceu marginalmente de 3,10% para 3,09%. Há quatro semanas, essas projeções eram de 3,25% e 3,00%, respectivamente.

A meta para 2023 é de **inflação** de 3,25%, com margem de 1,5 ponto (de 1,75% a 4,75%). Já para 2024 o objetivo é de 3,00%, com margem de 1,5 ponto (de 1,5% para 4,5%).

No **comunicado** do Comitê de Política Monetária (Copom) de outubro, o BC atualizou suas projeções para a **inflação** com estimativas de 9,5% em 2021, 4,1% em 2022 e 3,1% em 2023. O colegiado elevou a Selic em 1,5 ponto porcentual, para 7,75% ao ano. O BC deixou de publicar, no documento do Focus, as projeções sobre o Top 5. Estes dados podem ser consultados no Sistema de Expectativas de Mercado.

Site:

<https://digital.maven.com.br/pub/oliberaldigital/index.jsp?serviceCode=login>

Testes estão prontos há meses

O ministro da Educação, Milton Ribeiro, disse, ontem, que não há chance de haver algum problema com o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), que, conforme disse, "está pronto há meses, não há como interferir". Ele salientou que a prova vai buscar a não politização, mas, sim, a aferição de conhecimentos do aluno. "Vamos avaliar a capacidade do estudante de ascender ao ensino superior. É o que queremos", disse.

De acordo com o ministro, nenhuma autoridade teve acesso à prova previamente ? nem ele, nem o presidente do Inep, Danilo Dupas, ou o presidente Jair Bolsonaro. "Se vocês me perguntarem, hoje, qual é o tema da redação, vou ficar devendo a vocês", reforçou, em entrevista à CNN.

O ministro explicou que a crise vivida no Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) não tem relação com a prova do Enem. "Um grupo de funcionários, um colegiado de bons funcionários públicos do Inep, teve lá uma discussão a respeito de uma gratificação a mais. Essa é a questão. Esse é um assunto que é administrativo. Não tem nada a ver com a prova do Enem", disse Ribeiro, sobre a debandada de servidores do órgão, há poucos dias.

Critérios técnicos

O presidente da Associação de Servidores do Inep, Alexandre Retamal, disse que "o que os servidores estão precisando é de um ambiente de confiança, de segurança, para que os trabalhos possam acontecer como sempre aconteceram, dentro dos critérios técnicos e científicos estabelecidos".

Em nota, o Inep afirmou que reúne um grupo de gestores "experientes e qualificados", de caráter técnico, não apenas no corpo direcional, mas também nas coordenações-gerais, no gabinete e nas assessorias, aptos a conduzirem um corpo de servidores também altamente qualificado.

"O fortalecimento institucional do Inep e a valorização dos seus servidores são prioridades da atual gestão, visando maior proteção à credibilidade do Instituto e entrega de valor efetivo à sociedade. Governança, transparência e inovação são valores condutores em prol de uma autarquia de excelência, com servidores cada vez mais capacitados a cumprir sua importante missão institucional e, assim, contribuir para o aprimoramento da educação do nosso País.", afirmou

o órgão.

*Estagiárias sob a supervisão de Fabio Grecchi

Pix deve ser ampliado para operações sem internet

Para os próximos anos, o Pix, ferramenta de transferência instantânea de recursos, poderá ser usado em operações sem acesso à internet e em transações internacionais, anunciou ontem o presidente do Banco Central (BC), Roberto Campos Neto. As novidades ainda não têm data para entrar em vigor. As informações foram divulgadas pela Agência Brasil e Agência Estado.

Campos Neto fez o anúncio em evento especial do BC para celebrar o aniversário de um ano da nova ferramenta. Segundo ele, o Pix ainda não atingiu todo o potencial. "O uso do QR Code [Código QR, versão avançada do código de barras fotografada pelo celular] ainda depende de melhor assimilação da tecnologia pelos usuários", explicou.

Apesar de algumas novidades do Pix dependerem de desenvolvimentos tecnológicos, o presidente do BC considerou revolucionária a evolução do sistema instantâneo de pagamentos, que funciona 24 horas por dia e permite a transferência de recursos entre contas de instituições financeiras diferentes. "A realidade superou as expectativas.

O uso do Pix aumenta mês após mês. A velocidade de adoção é a mais rápida do mundo", destacou Campos Neto. Até outubro deste ano, cerca de 7 bilhões de transações foram executadas por meio do sistema, movimentando R\$ 4 trilhões. O recorde diário de transações ocorreu no último dia 5 de novembro, com 50.045.289 operações. O Pix tinha 348,1 milhões de chaves cadastradas por 112,65 milhões de usuários (105,24 milhões de pessoas físicas e 7,41 milhões de pessoas jurídicas), também até outubro deste ano. Ao todo, 62,4% da população acima de 18 anos usou a ferramenta para enviar ou receber dinheiro.

No período, havia 762 instituições financeiras cadastradas para operar o Pix e 87 em fase de adesão. Entre essas instituições, estão bancos, financeiras, instituições de pagamento, cooperativas de crédito e fintechs (startups financeiras). Em 12 meses de funcionamento, o Pix ultrapassou, em número de transações, meios de pagamento tradicionais.

A ferramenta superou a Transferência Eletrônica Disponível (TED) e o Documento de Ordem de Crédito (DOC) em janeiro deste ano. Em março, foi a vez de o

Pix tomar o lugar dos boletos bancários na preferência por meios de pagamento.

INCLUSÃO

Diretor de Organização do Sistema Financeiro e Resolução do BC, João Manoel Pinho de Mello disse que o crescimento do tem sido proporcionalmente maior em classes mais baixas, com 45,6 milhões de pessoas que estavam fora do sistema financeiro passando a operar pagamentos digitais. Entre as camadas de menor renda, o número de usuários do Pix subiu 131% entre março e outubro deste ano, contra crescimento de 52% no total da população.

Segundo Pinho de Mello, o Pix tem ganhado a adesão de beneficiários de programas sociais. Cerca de 35% dos inscritos no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico) e de 25% dos beneficiários do Bolsa Família usaram o sistema de pagamentos instantâneos para movimentarem os benefícios.

PIX SAQUE

O Brasil, ressaltou o diretor do BC, passou a ocupar o terceiro lugar entre os países que mais usam pagamentos instantâneos, atrás apenas da Suécia, que adotou o sistema há sete anos, e a Dinamarca, há cinco anos. Até o fim do ano, o Pix A realidade superou as expectativas. O uso do Pix aumenta mês após mês. A velocidade de adoção é a mais rápida do mundo." O Presidente do BC No próximo dia 29 de novembro, passam a funcionar o Pix Saque e o Pix Troco Presidente do BC diz que **inflação** teve piora ganhará novas funcionalidades.

Hoje, entrou em vigor um mecanismo de segurança que agiliza a devolução de recursos a usuários vítimas de fraude ou de problemas operacionais entre as instituições participantes. No próximo dia 29, passam a funcionar o Pix Saque e o Pix Troco. O primeiro permite que o usuário transfira recursos para uma conta Pix em pontos que ofertarem o serviço e sacar dinheiro em espécie.

O segundo permite que o cliente transfira, para a conta de estabelecimentos comerciais, quantias maiores que o valor da compra e saque a diferença em forma de troco. Ainda neste trimestre, o iniciador de

pagamentos, hoje existente para compras com cartão de crédito e débito, deverá ser estendido ao Pix. Por meio dessa ferramenta, o cliente recebe um link com o valor da transação, bastando confirmar os dados e autorizar o pagamento, sem precisar entrar no aplicativo do banco. No caso do Pix, bastará o usuário digitar a senha da conta corrente.

Presidente do BC diz que **inflação** teve piora

O presidente do Banco Central (BC), Roberto Campos Neto, disse ontem que, diante de um cenário de piora "quantitativa e qualitativa" da **inflação**, a autoridade monetária do país terá um trabalho difícil e desafiador, em um cenário de alta nos preços de alimentos, combustíveis e de energia.

Na avaliação de Campos Neto, além do problema de **inflação** interna, o Brasil está "importando **inflação** de outros países, o que torna o ambiente ainda mais desafiador". Ele ressaltou que para contornar essa situação, será necessário, ao Brasil, buscar o equilíbrio fiscal, além de "passar a mensagem de que o país tem condições de ter um crescimento sustentável mais alto". As declarações foram dadas no IX Fórum Jurídico de Lisboa, em Lisboa.

O presidente do BC disse que, em parte, a **inflação** que vem sendo registrada em diversos países está relacionada à "maior injeção fiscal da história mundial", medida adotada com o objetivo de amenizar os efeitos da pandemia na economia. Neto disse que, com a pandemia, o cenário mundial ficou diferente do que se imaginava, "com uma rápida e volátil mudança de cenários, em termos de crescimento e de perspectiva de **inflação**". Governos ficaram "em pânico", sem saber, até então, a real dimensão do problema.

Diante da situação, segundo Campos Neto, foi feita "a maior injeção fiscal da história mundial, de US\$ 9 trilhões, segundo informou na semana passada o FMI [Fundo Monetário Internacional], sendo que US\$ 4,5 trilhões foram em transferências diretas. Pensando que o **PIB** mundial está entre US\$ 84 [trilhões] e 85 trilhões, estamos falando de 10% de injeção fiscal em um espaço de tempo relativamente pequeno. Algo que nunca tínhamos visto". Na visão do presidente do BC, como consequência essas transferências resultaram em aumento no consumo de bens em várias localidades. "Vemos uma correlação disso com o aumento de preços nos países que tiveram mais ajuda. Em um primeiro momento, com a alimentação em domicílio subindo muito".

"Aí, os bancos centrais criaram uma tese de que isso era um aumento temporário, porque, quando a economia reabrisse, as pessoas voltariam a trabalhar e, assim, voltariam a consumir serviços, deixando de

consumir bens, o que resultaria queda nos preços de bens. Segundo essa tese, a reabertura mundial, após a pandemia, reequilibraria essas forças e faria com que a **inflação** caísse rapidamente", disse.

Essa expectativa, segundo Campos, acabou não se concretizando, uma vez que ela partia da premissa de que haveria uma "ruptura de oferta" maior do que a que foi registrada, e que "as pessoas que estavam em casa não estariam produzindo", o que acarretaria em queda na oferta de bens. "Essa tese foi bastante divulgada. Hoje vemos que, em parte ou quase na totalidade, essa tese não é verdade", disse o presidente da autoridade monetária brasileira.

Site:

<https://digital.maven.com.br/pub/oliberaldigital/index.jsp?serviceCode=login>

Pandemia de diabetes no Brasil e no mundo (Editorial)

Doença que tem aumentado em todo o mundo nos últimos anos, o diabetes já está sendo considerado pela Organização Mundial da Saúde (OMS) uma pandemia. E não é para menos. O Atlas do Diabetes, divulgado na última semana pela Federação Internacional de Diabetes, aponta que 537 milhões de adultos, entre 20 e 79 anos, convivem com a patologia. A previsão é que este número suba para 783 milhões até 2045, se nada for feito para frear esse avanço.

Considerada uma doença "silenciosa justamente por não dar sinais no começo, 44,7% dos adultos desconhecem que têm o problema que só este ano já provocou a morte de 6,7 milhões de pessoas no planeta. É um número muito alto quando se sabe que é uma doença evitável ou, pelo menos, controlável. Em 90% dos casos, o diabetes se manifesta como o Tipo 2, relacionado ao sobrepeso, obesidade e maus hábitos de vida.

No próximo dia 6 de dezembro será publicada a décima edição do Atlas do Diabetes, referente a 2021, e os dados podem confirmar essa realidade alarmante. No Brasil, os números também são preocupantes. O país ocupa a quinta posição na quantidade de pessoas com diabetes: até 2019, eram 16,8 milhões de brasileiros com a doença, sendo que a metade deles não sabe dessa condição.

A falta de informação sobre a doença, o descaso com a prevenção justamente pelo desconhecimento e o diagnóstico tardio levam ao aumento no número de casos, complicações e mortes. A obesidade e fatores genéticos são apontados como as principais causas da doença entre a população.

O diabetes geralmente tem sintomas imperceptíveis no início e quando o diagnóstico é feito a doença já está instalada e é muito associada a problemas cardiovasculares, principal causa da mortalidade para a patologia, e à saúde renal. Se não for controlada, já que não tem cura, pode aumentar também o risco de cegueira, problemas arteriais nos membros inferiores, com ocorrência de amputações e neuropatias. Fome frequente, sede constante, feridas que demoram a cicatrizar, necessidade de urinar várias vezes ao dia, fadiga e formigamento nos pés e mãos são alguns dos sinais que devem ser observados.

Por isso, o alerta para a gravidade da doença e a

importância da prevenção e do acompanhamento médico regular com exames de glicemia em jejum. Especialistas lembram que os fatores genéticos não podem ser controlados, mas a obesidade e hábitos alimentares errados, sim. A má alimentação, rica em carboidratos e gorduras, é um grande fator de risco para o diabetes. E os cuidados devem começar na infância, já que a doença tem atingido de forma crescente crianças e jovens.

Para conter o avanço da doença, é importante adotar uma rotina alimentar saudável e incluir a prática regular de atividades físicas no dia a dia. Isso inclui combater a obesidade, também já considerada uma pandemia no mundo todo, e os riscos para o desenvolvimento do quadro que pode levar a complicações graves e mortes. Fazer um check-up anualmente é a melhor forma de prevenir e diagnosticar precocemente o diabetes. Quem tem casos da doença na família, é hipertenso, tem sobrepeso ou obesidade deve redobrar os cuidados, bem como mulheres que tiveram diabetes gestacional.

Esta é uma doença grave, com custo elevado para o sistema público de saúde. O último Atlas da Federação Internacional do Diabetes aponta que o Brasil gasta cerca de US\$ 52 bilhões por ano só com o tratamento de adultos portadores da doença, o que representa cerca de US\$ 3 mil por habitante. É importante lembrar também que o diabetes pode ser um fator agravante no quadro da COVID-19.

Diante desse cenário alarmante, é fundamental intensificar campanhas de prevenção e aumentar o acesso da população a exames de rotina que podem diagnosticar e ajudar no tratamento precoce para prevenir o avanço da doença no país. Cuidar da saúde é dever de todos e só com informação e conhecimento o Brasil pode mudar isso.

frases

"

Passando a PEC dos Precatórios, tem que ter um pequeno espaço para dar algum reajuste. Não é o que eles merecem, mas é o que nós podemos dar

Jair Bolsonaro, presidente da República, ao confirmar que pretende usar parte da folga fiscal que deve ser

gerada com a possível aprovação da PEC dos
Precatórios para conceder aumento salarial aos
servidores públicos federais

O que a gente viu foi que o governo virou a base do
Centrão

Ernesto Araújo, ex-ministro das Relações Exteriores
do governo Bolsonaro, durante palestra em Santa
Catarina

"

Site: <https://digital.em.com.br/estadodeminas>